



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Brasília/2013



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nºs 119, 121 e 124/2012, da Portaria-TCU nº 150/2012 e da Norma de Execução CGU nº 01/2013, aprovada pela Portaria CGU nº 133, de 18.1.2013.

Brasília/2013

SUMÁRIO

Lista de abreviações e siglas	4
Lista de tabelas, quadros e gráficos	6
Introdução	8
<u>Parte A – Conteúdo Geral</u>	
1. Identificação e atributos das unidades cujas gestões compõem o relatório	11
2. Planejamento estratégico, plano de metas e de ações	23
3. Estruturas de governança e de autocontrole da gestão	37
4. Programação e execução da despesa orçamentária e financeira	39
5. Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira	71
6. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados	78
7. Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário	84
8. Gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento	86
9. Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental	89
10. Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas	91
11. Informações contábeis	92

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABDI – Associação Brasileira de Direito Internacional
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACS – Alcântara Cyclone Space
AEB – Agência Espacial Brasileira
AGU – Advocacia Geral da União
ANA – Agência Nacional de guas
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econmico e Social
CBERS – Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres
CEA – Centro Espacial de Alcântara
CGEE – Coordenação Geral de Estudos Estratégicos
CGU – Controladoria-Geral da União
CJU – Consultoria Jurídica da União
CLA – Centro de Lançamento de Alcântara
CLBI – Centro de Lançamento da Barreira do Inferno
CTE – Centro de Tecnologias Especiais
DBR – Declaração de Bens e Renda
DCTA – Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DM – Modelo de Desenvolvimento
DPEI – Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos
DPOA – Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração
DSAD – Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento
DTEL – Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento
ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
GEOMET – Satélite Geoestacionário de Meteorologia
IAE – Instituto de Aeronáutica e Espaço
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IFI – Instituto de Fomento e Coordenação Industrial
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPOPP – International Polar Orbiter Processing Package
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LIT – Laboratório de Integração e Testes
MC – Ministério das Comunicações
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD – Ministério da Defesa
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MI – Ministério da Integração Nacional
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MRE – Ministério das Relações Exteriores
ONU – Organização das Nações Unidas
PBM – Programa Brasil Maior
PES – Programa Esplanada Sustentável
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PMM – Plataforma Multimissão
PNAE – Programa Nacional de Atividades Espaciais
PNBL – Plano Nacional de Banda Larga
PNDAE – Política Nacional do Desenvolvimento das Atividades Espaciais
SAR – Satélite de Observação da Terra por Radar
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEDEC – Secretaria de Defesa Civil
SGDC – Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SICONV – Sistema de Convênios
SINDAE – Sistema Nacional do Desenvolvimento das Atividades Espaciais
SINFRA – Secretaria de Infraestrutura do Estado do Maranhão

SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia
SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
TCDC – Termo de Cooperação e Descentralização de Crédito
TCU – Tribunal de Contas da União
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNB – Universidade de Brasília
USP – Universidade de São Paulo
VLS – Veículo Lançador de Satélites

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	11
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema e Controle Internos da UJ	37
Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do ppa – Temático	39
Quadro A.4.2 - Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ	41
Quadro A.4.3 - Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ	46
Quadro A.4.4 - Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	54
Quadro A.4.5 - Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção	64
Quadro A.4.7 - Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	64
Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes	64
Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital	65
Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	65
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	67
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	68
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários	68
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	71
Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	72
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	72
Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes	73
Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	73
Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	74
Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)	76
Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	76
Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	76
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	76
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	78
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	78
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12	79
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	79
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	80
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	80
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	81
Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	82
Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	83
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários	83
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	85
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	85

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada	86
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	89
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	91
Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	91
Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	92

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Agência Espacial Brasileira – AEB encontra-se estruturado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nºs 119, 121 e 124, todas do exercício de 2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

Parte A, item 3, do Anexo II, subitens: 3.3 – Informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal – o conselho deliberativo da AEB não é remunerado. Portanto, não houve no exercício de 2012 nenhum pagamento aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal; **3.4** – Sistema de Correição – não há sistema de correição na UJ. No entanto, também não houve necessidade de utilizar o referido sistema, considerando que não houve nada a ser apurado; e **3.5** – Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU – conforme informado no subitem 3.4, não há sistema de correição na UJ. No entanto, exercício de 2012, não houve notificação pela CGU sobre este subitem.

Parte A, item 4, do Anexo II, subitens: 4.1.6 – Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ – não houve ações vinculadas a este programa de gestão, manutenção e serviços de Estado de responsabilidade da UJ; e **4.2.4.2** – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação – não houve execução de créditos orçamentários recebidos pela UJ por movimentação de outra UJ.

Parte A, item 5, do Anexo II, subitens: 5.1 – Informações sobre reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos – a AEB nunca reconheceu nenhum passivo por insuficiência de créditos ou recursos. Não há registro nas contas contábeis do órgão para essa despesa no exercício de 2012; **5.4.1.2** – Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B” – essa conta não foi utilizada pela UJ; **5.5** – Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social – a AEB nunca ofertou a nenhuma empresa ou contribuinte renúncia tributária na forma da LRF ou da LDO. A lei de criação da AEB também não prevê essa modalidade de incentivo para as atividades espaciais; e **5.6** – Informações sobre a gestão de precatórios – não há na AEB nenhuma gestão de precatórios. Não há nas contas contábeis do órgão registro para essa despesa no exercício de 2012.

Parte A, item 6, do Anexo II, subitens: 6.1.1.1 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada – não houve situações para reduzir a força de trabalho da UJ; **6.1.5 e 6.1.6** – Acumulação e Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos – não houve casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, por conseguinte, não houve providências a serem adotadas; **6.1.7** – Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação – não houve necessidade de submeter atos sujeitos a registros e comunicação ao TCU em 2012; **6.1.7.1** – Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC – não houve necessidade de regularidade do cadastro dos atos no SISAC em 2012; **6.1.7.2** – Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico – não houve atos sujeitos à remessa física ao TCU em 2012; **6.1.7.3** – Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos – não houve atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro em 2012; **6.2.2** – Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público – não houve relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados em 2012; **6.2.3** – Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados – não houve autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados em 2012; e **6.2.4** – Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene

e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada – a UJ não tem contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva. Essa despesa é ressarcida ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI.

Parte A, item 7, do Anexo II, subitens: 7.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial – a UJ não tem no seu patrimônio nenhum imóvel registrado como de uso especial; e **7.2.2** – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros – a UJ não alugou nenhum imóvel especial de terceiros, por conseguinte, também não houve distribuição espacial destes imóveis de uso especial.

Parte A, item 10, do Anexo II, subitens: 10.1 – Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício – no exercício de 2012, tivemos conhecimento das diversas deliberações do TCU e das recomendações do OCI. No entanto, nenhum dos instrumentos teve como resultado alguma relação com a Unidade Jurisdicionada; e **10.2** - Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna – no exercício de 2012, a Auditoria atuou dentro da sua área de competência definida no regimento interno da Unidade Jurisdicionada. Conforme informado no subitem 10.1, não houve recomendações dos órgãos de controle interno e externo.

Parte A, item 11, do Anexo II, subitens: 11.2 – Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis – não aplicável à UJ; **11.3** – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 – não aplicável à UJ; **11.4** – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976 – não aplicável à UJ; **11.5** – Composição Acionária das Empresas Estatais – não aplicável à UJ; e **11.6** – Parecer da Auditoria Independente – não aplicável à UJ.

Parte A, item 12, do Anexo II, subitem: 12.1 – Outras informações consideradas relevantes pela UJ – o presente relatório já se encontra bastante explicativo em todos os itens obrigatórios. Assim, não vislumbramos acrescentar nada ao que já foi relatado nos itens anteriores. A Política Espacial do governo, entendida como estratégica para o desenvolvimento soberano do país, está orientada para a busca de soluções de problemas e desafios nacionais mediante a aplicação das tecnologias espaciais, do domínio dos meios de acesso ao espaço e das tecnologias críticas envolvidas, associada a uma crescente participação e capacitação da indústria nacional.

A Agência Espacial Brasileira (AEB) concluiu, em 2012, a revisão do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), documento decenal que orienta o desenvolvimento das atividades espaciais no Brasil por meio de diretrizes para a política espacial e por uma carteira de projetos voltada para o atendimento das demandas do país, juntamente com uma estimativa de um orçamento global associado a esta mesma carteira de projetos. O novo PNAE aperfeiçoa a utilização do mecanismo de compras do Estado, procurando atender às demandas socioeconômicas de forma transversal e em sinergia com as demais políticas públicas em vigor, executando projetos de natureza estruturante e mobilizadora.

Em 2012, a Política Espacial Brasileira apresentou avanços importantes em sua implementação, podendo ser destacados os importantes avanços nos trabalhos para a contratação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que resultaram na criação da empresa Visiona – uma “joint-venture” formada pela empresa estatal de telecomunicações Telebrás e pela Embraer, uma das maiores empresas aeronáuticas do mundo. Esta empresa deverá atuar como contratante principal (*Prime Contractor*) desse e de outros projetos de sistemas espaciais, auxiliando na organização e no fortalecimento da cadeia de fornecedores da indústria nacional, constituída na sua maioria por micro, pequenas e médias empresas. Este satélite geoestacionário visa atender às necessidades do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), às necessidades de comunicações seguras de governo, e às necessidades do Ministério da Defesa. Neste contexto coube à AEB a tarefa de elaborar, juntamente com os Ministérios das Comunicações e da Defesa, o Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia, previsto no Decreto nº 7769/2012,

que orientará o processo de capacitação e domínio das tecnologias espaciais aplicadas ao setor de telecomunicações, sempre com a participação da indústria nacional.

Destacam-se também os importantes trabalhos de integração e teste do satélite CBERS-3 realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em cooperação com a China. Com o lançamento de mais este satélite da série CBERS, busca-se ampliar a capacidade de observação do território nacional com vistas à proteção ambiental, ao monitoramento agrícola e à gestão territorial. É importante também citar o resultado do trabalho em conjunto com a Agência Nacional de Águas (ANA), que levou a proposição de um novo sistema de satélites para atender à demanda por dados meteorológicos e hidrológicos, em continuidade ao sistema implantado nos primórdios do Programa Espacial Brasileiro pelos Satélites de Coleta de Dados (SCD). Adicionalmente, foram apoiadas e incentivadas várias atividades voltadas para a utilização de dados de satélites para o sensoriamento remoto, a gestão hídrica e ambiental (desmatamento e queimadas), a previsão meteorológica, os alertas de desastres naturais e o monitoramento do clima espacial.

Na questão das cooperações internacionais, prosseguiram em 2012 as tradicionais cooperações com a China (em satélites), com a Alemanha (lançadores suborbitais e experimentos em microgravidade), com a Ucrânia (implantação do sítio de lançamentos do foguete Cyclone-4 em Alcântara), com a Argentina (desenvolvimento dos satélites oceanográficos SABIA-Mar), e outras mais com os Estados Unidos, Rússia, Japão, nações europeias e africanas. Também é importante mencionar as cooperações com diversas organizações internacionais nas áreas de meteorologia, sensoriamento remoto, ciências espaciais e atmosféricas e desastres naturais.

Nos esforços para a conquista dos meios de acesso ao espaço, destacam-se os avanços realizados pelo Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) no desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1), do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1) e do motor a propulsão líquida L75. Dentre as operações de lançamento realizadas em 2012, destacam-se o lançamento de cinco foguetes suborbitais sendo: um VS-40 (Shefex 2), um VSB-30 (MASER 12) e três VS-30/Orion (HiFire 3, Hifire 5 e INPE 14). Foram lançados, ainda, 23 foguetes de treinamento (FTI e FTB), sendo 13 desses foguetes pelo CLA (em Alcântara/MA) e 10 pelo CLBI (em Natal/RN).

Na questão da infraestrutura para o acesso ao espaço, a AEB trabalhou intensamente para garantir o prosseguimento nos investimentos para a construção do sítio de lançamentos do Cyclone-4, responsabilidade brasileira na parceria com a Ucrânia por meio da binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), assim como para os investimentos na infraestrutura geral do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA). Também empreendeu esforços em prol da formação de recursos humanos, que vem sendo nucleada em vários centros universitários nacionais por meio de cursos de engenharia especialmente voltados para a área espacial.

Os principais problemas estruturais ou situacionais que o programa enfrenta são os mesmos já relatados em relatórios de gestão passados. Essas dificuldades ou restrições identificadas são de diversas naturezas e estão apresentadas de forma mais detalhada nas seções subsequentes. Porém, cabe destacar os óbices de natureza jurídico/legal, os quais têm acarretado grandes dificuldades para a celebração de novos contratos pelo INPE e pelo DCTA em São José dos Campos; óbices de natureza institucional, relativos à insuficiência de capital humano e falta de estímulo para a manutenção e ingresso de novos especialistas no setor; e óbices de natureza orçamentária e financeira que, devido às descontinuidades e restrições nos investimentos, acarretam mais atrasos nas consecuições dos objetivos da Política Espacial.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

EXERCÍCIO DE 2012

1. Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			Código SIORG: 99999
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Agência Espacial Brasileira - AEB			
Denominação abreviada: AEB			
Código SIORG: 4243	Código LOA: 24205	Código SIAFI: 203001	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			
Principal Atividade: Ciência e Tecnologia			Código CNAE: 7210-0
Telefones/Fax de contato:	(061) 3411-5500		
E-mail: presidencia@aeb.gov.br			
Página na Internet: http://www.aeb.gov.br			
Endereço Postal: SPO - Área 5 - Quadra 3 - Bloco "A" - 2º andar - CEP: 70.610-200			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 8.854, de 10.02.1994 - Natureza Civil - finalidade de promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Decretos nºs 4.566 e 4.718, de 01.01.2003 e 04.06.2003, respectivamente			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
999999			
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
99999			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
999999		99999	

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Agência Espacial Brasileira – AEB, autarquia federal de natureza civil, foi criada em 10 de Fevereiro de 1994 e está atualmente vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. As suas competências estão definidas na Lei nº 8.854/94, tendo como finalidade a promoção e o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional.

Mais especificamente, a lei define, em seu Art. 3º as seguintes competências:

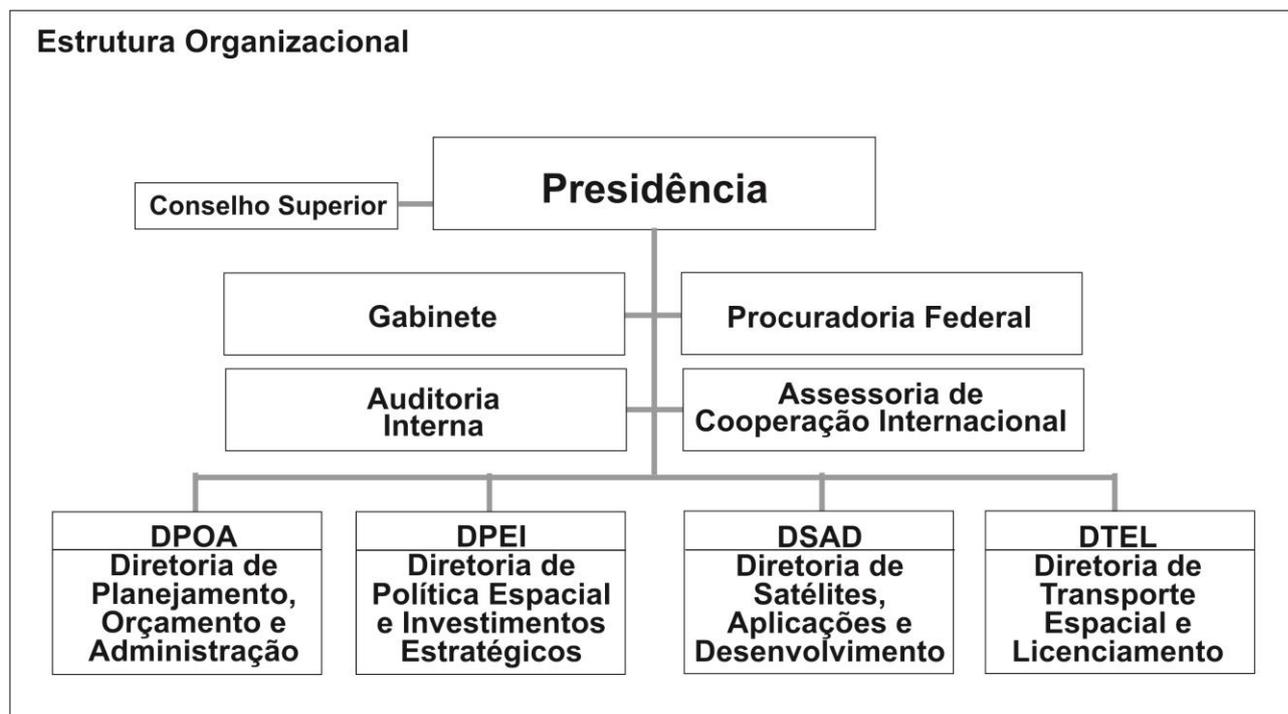
- a. Executar e fazer executar a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), bem como propor as diretrizes e a implementação das ações dela decorrentes;
- b. Propor a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais e as diretrizes para a sua consecução;
- c. Elaborar e atualizar os Programas Nacionais de Atividades Espaciais (PNAE) e as respectivas propostas orçamentárias;
- d. Promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior;
- e. Analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia, objetivando a cooperação no campo das atividades espaciais, e acompanhar a sua execução;
- f. Emitir pareceres relativos a questões ligadas às atividades espaciais que sejam objeto de análise e discussão nos foros internacionais e neles fazer-se representar, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia;
- g. Incentivar a participação de universidades e outras instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento nas atividades de interesse da área espacial;
- h. Estimular a participação da iniciativa privada nas atividades espaciais;
- i. Estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área espacial;
- j. Estimular o acesso das entidades nacionais aos conhecimentos obtidos no desenvolvimento das atividades espaciais, visando ao seu aprimoramento tecnológico;
- k. Articular a utilização conjunta de instalações técnicas espaciais, visando à integração dos meios disponíveis e à racionalização de recursos;
- l. Identificar as possibilidades comerciais de utilização das tecnologias e aplicações espaciais, visando a estimular iniciativas empresariais na prestação de serviços e produção de bens;
- m. Estabelecer normas e expedir licenças e autorizações relativas às atividades espaciais;
- n. Aplicar as normas de qualidade e produtividade nas atividades espaciais.

As ações do programa são orientadas pelas diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), aprovada pelo Decreto nº 1.332/94, que busca alcançar os seguintes objetivos estratégicos:

- Estabelecimento no País de competência técnico-científica na área espacial que lhe possibilite atuar com real autonomia;

- Promoção do desenvolvimento de sistemas espaciais, bem como de meios, técnicas e infraestrutura de solo correspondentes, que venham propiciar ao Brasil a disponibilidade de serviços e informações de sua necessidade ou interesse;
- Adequação do setor produtivo brasileiro para participar e adquirir competitividade em mercados de bens e serviços espaciais.

1.3. Organograma Funcional



A estrutura organizacional da AEB foi aprovada pelo Decreto nº 4.718, de 04 de junho de 2003:

PRESIDÊNCIA

À Presidência compete coordenar, supervisionar e administrar as ações e o patrimônio da AEB.

CONSELHO SUPERIOR

Apreciar propostas de atualização da PNDAE, para encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia;
 Deliberar sobre as diretrizes para execução da PNDAE aprovada pelo Presidente da República;
 Atuar na elaboração do PNAE, bem como de suas atualizações, e apreciar anualmente seu relatório de execução;
 Atuar na elaboração da proposta orçamentária anual da AEB;
 Apreciar as propostas de atos de organização e funcionamento do SNAE;
 Apreciar acordos, contratos, convênios e outros instrumentos internacionais, no campo das atividades espaciais;
 Propor subsídios para a definição de posições brasileiras em negociações bilaterais e em foros internacionais, referentes a assuntos de interesse da área espacial;
 Aprovar diretrizes para o estabelecimento de normas e expedição de licenças e autorizações relativas às atividades espaciais;
 Opinar sobre projetos de leis, propostas de decretos e de outros instrumentos legais, relativos às atividades espaciais; e
 Deliberar sobre outras matérias.

GABINETE

Assistir ao Presidente da AEB em sua representação social e política;
Incumbir-se do preparo e despacho do seu expediente pessoal, bem assim das atividades de comunicação social;
Providenciar a publicação e a divulgação das matérias de interesse da AEB; e
Acompanhar a tramitação de projetos de interesse específico da AEB no Congresso Nacional.

PROCURADORIA FEDERAL

Representar judicial e extrajudicialmente a AEB;
Exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da AEB, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e
A apuração da liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades da AEB, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Compete, em articulação com a Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia, propor, coordenar e promover ações de cooperação internacional e, quando pertinente, avaliar e supervisionar instrumentos internacionais de cooperação e de aquisição de bens e serviços e participar das negociações bilaterais e multinacionais de interesse da área espacial.

AUDITORIA INTERNA

Compete examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeiro, patrimonial, de pessoal, e demais sistemas administrativos e operacionais, e verificar o fiel cumprimento de diretrizes e normas vigentes e, especificamente:
Verificar a regularidade nos controles internos e externos, especialmente daqueles referentes à realização da receita e da despesa, bem como da execução financeira de contratos, convênios, acordos e ajustes firmados pela AEB;
Examinar a legislação específica e normas correlatas, orientando quanto à sua observância; e
Promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira dos programas, projetos e atividades e executar auditorias extraordinárias determinadas pelo Presidente.

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – DPOA

Coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, de Organização e Modernização Administrativa - SOMAD, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISIP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal;
Coordenar o processo de planejamento estratégico e de desdobramento da missão em diretrizes, objetivos, metas e planos, em conformidade com o Plano Plurianual; e
Acompanhar física e financeiramente os planos e programas, bem como avaliá-los quanto à eficácia e efetividade, com vistas a subsidiar o processo de alocação de recursos, a política de gastos e coordenação das ações.

DIRETORIA DE POLÍTICA ESPACIAL E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS – DPEI

Atuar na elaboração de propostas de atualização da PNDAE e na elaboração e atualização do PNAE;
Implementar, coordenar e supervisionar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação dos projetos e das atividades do PNAE;
Identificar e analisar oportunidades estratégicas de investimento no setor espacial e articular a captação de recursos para seu financiamento; e

Realizar estudos e análises pertinentes à área espacial.

DIRETORIA DE SATÉLITES, APLICAÇÕES E DESENVOLVIMENTO – DSAD

Implementar, coordenar e supervisionar os projetos e atividades relativos à satélites espaciais, cargas úteis e suas aplicações, estimulando a participação do setor produtivo na implementação dessas ações;

Promover a transferência de tecnologia para o setor produtivo e a difusão dos produtos decorrentes dos projetos e atividades de sua competência;

Promover a integração de instituições de ensino e pesquisa nas ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica de interesse da área espacial; e

Promover a capacitação de recursos humanos para atuação em atividades espaciais.

DIRETORIA DE TRANSPORTE ESPACIAL E LICENCIAMENTO – DTEL

Implementar, coordenar e supervisionar os projetos e atividades relativos a foguetes, veículos lançadores e centros de lançamento, estimulando a participação do setor produtivo na implementação dessas ações;

Promover a transferência de tecnologia para o setor produtivo e a difusão dos produtos decorrentes dos projetos e atividades de sua competência;

Promover iniciativas de comercialização de bens e serviços espaciais;

Atuar na elaboração e aplicação de normas pertinentes às atividades espaciais; e

Coordenar a concessão de licenças e autorizações relativas às atividades espaciais, bem como a fiscalização dessas concessões e autorizações.

Os macroprocessos estão definidos nos subitens 1.4 e 1.5, bem como as responsabilidades e os principais produtos decorrentes.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Os principais macroprocessos finalísticos da AEB, relacionados com a razão da sua existência, são num total de seis, definidos em correspondência com as competências estabelecidas no Art. 3º da Lei nº 8.854/94, que criou a AEB, bem como as atribuições regimentais das diversas unidades que compõem a sua estrutura organizacional. Os macroprocessos, assim como as competências legais correspondentes, os principais produtos e serviços e os principais atores responsáveis pela sua condução, dentro da estrutura organizacional formal da AEB, estão resumidos a seguir:

Macroprocesso 1 – Formulação e Atualização da Política Espacial

Competências atribuídas em Lei:

II. Propor a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) e as diretrizes para a sua consecução.

III. Elaborar e atualizar os Programas Nacionais de Atividades Espaciais (PNAE) e as respectivas propostas orçamentárias.

Principais Produtos/Serviços:

- Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) avaliada e atualizada.
- Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) – plano decenal (estratégico de longo prazo) avaliado e atualizado.
- PNDAE/PNAE articulado e integrado com o Plano Plurianual (PPA), com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI/MCTI) e o Plano Brasil Maior

(PBM/MDIC).

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI) em estreita coordenação e articulação com as Diretorias da AEB, com o Conselho Superior da AEB, com os Órgãos Setoriais de Execução do Sistema Nacional de Atividades Espaciais (SINDAE), Ministérios, Indústria e Academia, para harmonizar e validar as propostas de atualização das políticas, objetivos e diretrizes estratégicos do programa espacial, bem como o seu alinhamento com outras políticas governamentais.

Macroprocesso 2 – Coordenação e Acompanhamento da Execução das Atividades do SINDAE

Competências atribuídas em Lei:

I. Executar e fazer executar a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), bem como propor as diretrizes e a implementação das ações dela decorrentes.

VIII. Estimular a participação da iniciativa privada nas atividades espaciais.

XI. Articular a utilização conjunta de instalações técnicas espaciais, visando à integração dos meios disponíveis e à racionalização de recursos.

Principais Produtos/Serviços:

- Projetos de desenvolvimento estruturados, contratados, avaliados e implementados para o desenvolvimento de sistemas e aplicações espaciais e o avanço no domínio das tecnologias críticas.
- Contratos de desenvolvimento com a indústria estabelecidos e implementados.
- Termos de Cooperação e Descentralização de Crédito (TCDC) para INPE e DCTA estabelecidos e implementados para o desenvolvimento de sistemas e aplicações espaciais, em conjunto com a indústria.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento (DSAD) e pela Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL), que se articulam com os principais órgãos setoriais de execução do SINDAE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE/MCTI e Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA/ComAer/MD) e as empresas nacionais do setor espacial para fazer cumprir a política espacial, promovendo e concretizando a execução dos projetos espaciais estabelecidos no PNAE, por meio de contratos, convênios ou descentralização de créditos.

Macroprocesso 3 – Fomento a Pesquisa Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação de interesse para o setor espacial

Competências atribuídas em Lei:

VII. Incentivar a participação de universidades e outras instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento nas atividades de interesse da área espacial.

IX. Estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área espacial.

X. Estimular o acesso das entidades nacionais aos conhecimentos obtidos no desenvolvimento das atividades espaciais, visando ao seu aprimoramento tecnológico.

Principais Produtos/Serviços:

- Projetos de pesquisa contratados e implementados com a academia ou institutos de pesquisa.
- Projetos de formação e capacitação de RH contratados e implementados com a academia ou institutos de pesquisa.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento (DSAD) que se articula com a academia e institutos de pesquisa para contratação e execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, de interesse para o setor espacial, bem como agências de fomento a pesquisa e formação e desenvolvimento de pessoal, tais como a FINEP, CNPq e CAPES, para ampliar o apoio no desenvolvimento de novas competências e de capital humano, bem como a capacidade do país no desenvolvimento e domínio das tecnologias críticas para o programa espacial.

Macroprocesso 4 – Fomento das Relações Internacionais e Concertação das Ações

Competências atribuídas em Lei:

IV. Promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior.

V. Analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia, objetivando a cooperação no campo das atividades espaciais, e acompanhar a sua execução.

VI. Emitir pareceres relativos a questões ligadas às atividades espaciais que sejam objeto de análise e discussão nos foros internacionais e neles fazer-se representar, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Principais Produtos/Serviços:

- Apoio às decisões institucionais sobre propostas de cooperação internacional.
- Acompanhamento da execução de Acordos e outros instrumentos de cooperação internacional.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Assessoria de Cooperação Internacional que se articula com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), como instâncias principais de orientação da política de cooperação internacional governamental.

Macroprocesso 5 – Promoção do Desenvolvimento Industrial e Comercial de Produtos e Serviços Espaciais

Competências atribuídas em Lei:

XII. Identificar as possibilidades comerciais de utilização das tecnologias e aplicações espaciais, visando a estimular iniciativas empresariais na prestação de serviços e produção de bens.

Principais Produtos/Serviços:

- Formulação de estratégias e propostas de ações para estimular a comercialização de produtos e serviços espaciais e o maior desenvolvimento da indústria nacional.
- Identificação e proposição de fontes de financiamento.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI) em estreita coordenação e articulação com as Diretorias da AEB, com os Órgãos Setoriais de Execução do SINDAE, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), empresas nacionais do setor espacial e instituições de financiamento (FINEP e BNDES), buscando estimular e ampliar o mercado de comercialização de produtos e serviços espaciais e o maior desenvolvimento da indústria nacional. Com a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), que trata dos serviços comerciais de lançamento.

Macroprocesso 6 – Certificação, Normalização e Fiscalização das Atividades Espaciais**Competências atribuídas em Lei:**

- XIII. Estabelecer normas e expedir licenças e autorizações relativas às atividades espaciais.
XIV. Aplicar as normas de qualidade e produtividade nas atividades espaciais.

Principais Produtos/Serviços:

- Produção e atualização das normas de segurança para o setor espacial.
- Expedição de licenças/certificações/autorizações para atividades espaciais no país.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL) que se articula com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o Instituto de Fomento Industrial (IFI/DCTA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/MCTI) e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO/MDIC) para atuarem na produção das normas e fiscalização das atividades espaciais no país.

1.5. Macroprocessos de Apoio

Os principais macroprocessos de apoio às atividades finalísticas da AEB estão associados com as atribuições de suas diversas unidades de caráter administrativo, controle e apoio, estabelecidas no Regimento Interno da Agência, sendo grande parte delas de responsabilidade da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração – DPOA.

Macroprocesso 1 – Gestão de Pessoal

Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

Coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC.

Principais Produtos/Serviços:

- Programa de capacitação e desenvolvimento de Pessoal.
- Programa de Qualidade de Vida.
- Pagamento de Pessoal, Aposentadoria e Benefícios.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Coordenação de Recursos Humanos – CRH que atua junto à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG para dirimir os assuntos do pessoal civil lotado na AEB, bem como desenvolve e promove programas voltados para o desenvolvimento e capacitação do seu pessoal.

Macroprocesso 2 – Gestão da Execução Orçamentária, Financeira e Contábil

Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

Coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal.

Acompanhar física e financeiramente os planos e programas, bem como avaliá-los quanto à eficácia e efetividade, com vistas a subsidiar o processo de alocação de recursos, a política de gastos e coordenação das ações.

Principais Produtos/Serviços:

- Formulação de propostas orçamentárias anuais.
- Planejamento da execução orçamentária, segundo os limites orçamentários autorizados pela setorial do MCTI.
- Descentralização de crédito e liberação financeira para os órgãos executores do PNAE (INPE e DCTA).
- Acompanhamento da execução orçamentária e financeira do orçamento descentralizado e na própria AEB.
- Pagamento de fornecedores.
- Pagamento de pessoal, diárias e ajuda de custo.
- Contabilidade, convênios e prestação de contas.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Coordenação Orçamentária e Financeira – COF em articulação com a Coordenação de Planejamento e Modernização – CPM, que, por sua vez, atuam com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do MPOG e Secretaria de

Planejamento Orçamentária e Administração – SPOA do MCTI, na condução dos assuntos orçamentários e financeiros. Articulam-se também com as Diretorias finalísticas da AEB e os órgãos executores do PNAE, visando a boa execução orçamentária e financeira dos projetos.

Macroprocesso 3 – Modernização Institucional e Gestão da Tecnologia de Informação

Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

Coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas ao Sistema de Organização e Modernização Administrativa - SOMAD, de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISIP, de Planejamento e de Orçamento Federal.

Coordenar o processo de planejamento estratégico e de desdobramento da missão em diretrizes, objetivos, metas e planos, em conformidade com o Plano Plurianual.

Acompanhar física e financeiramente os planos e programas, bem como avaliá-los quanto à eficácia e efetividade, com vistas a subsidiar o processo de alocação de recursos, a política de gastos e coordenação das ações.

Principais Produtos/Serviços:

- Estudo, formulação e implementação de propostas de modernização institucional.
- Formulação e implementação do Plano Diretor de TI.
- Administração da rede de dados, internet e intranet.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Coordenação de Planejamento e Modernização – CPM que atua com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do MCTI, bem como com diversas unidades da AEB na condução dos assuntos relacionados com modernização institucional e TI.

Macroprocesso 4 – Logística Operacional

Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

Coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas ao Sistema de Serviços Gerais – SISG.

Principais Produtos/Serviços:

- Licitação e compras.
- Controle e fiscalização dos contratos administrativos.
- Controle e manutenção patrimonial.
- Controle e gestão documental.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Coordenação de Recursos Logísticos – CRL que atua em conjunto com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG e unidades da AEB na condução e utilização dos sistemas de apoio logístico.

Macroprocesso 5 – Comunicação Social

Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

Providenciar a publicação e a divulgação das matérias de interesse da AEB.

Principais Produtos/Serviços:

- Releases de notícias para imprensa.
- Revista semestral Espaço Brasileiro.
- Boletim mensal Espaço Brasileiro (eletrônico).
- Clipping de notícias.
- Folders.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Comunicação Social da AEB, que se articula com a imprensa e outros meios de comunicação para divulgar o programa espacial brasileiro.

Macroprocesso 6 – Procuradoria Jurídica

Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

Representar judicial e extrajudicialmente a AEB.

Exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da AEB, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

A apuração da liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades da AEB, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Principais Produtos/Serviços:

- Análise de processo para emissão de pareceres jurídicos.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Procuradoria Jurídica junto a AEB, que se articula com as demais unidades internas da AEB.

Macroprocesso 6 – Auditoria e Controle

Atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

Compete examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeiro, patrimonial, de pessoal, e demais sistemas administrativos e operacionais, e verificar o fiel cumprimento de diretrizes e normas vigentes e, especificamente:

Verificar a regularidade nos controles internos e externos, especialmente daqueles referentes à realização da receita e da despesa, bem como da execução financeira de contratos, convênios, acordos e ajustes firmados pela AEB.

Examinar a legislação específica e normas correlatas, orientando quanto à sua observância.

Promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira dos programas, projetos e atividades e executar auditorias extraordinárias determinadas pelo Presidente.

Principais Produtos/Serviços:

- Emissão de notas técnicas.
- Análise dos processos de despesas.

Condução do Macroprocesso:

O macroprocesso é conduzido pela Auditoria Interna da AEB, que se articula com as demais unidades internas da AEB.

1.6 Principais Parceiros

Os principais parceiros da AEB são todos externos. No papel de desenvolvedores e fornecedores de produtos e serviços para o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) estão o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/MCTI) e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA/ComAer/MD), definidos no Decreto nº 1.953/96, que instituiu o Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), como os principais órgãos setoriais de execução do programa.

Neste papel, colocam-se também, como parceiras, as indústrias nacionais do setor espacial (tais como Omnisys, Cenic, Fibraforte, Mectron, Equatorial, Compsys, Optoeletrônica, Kepler, AEL, dentre outras), representadas pela sua Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (AIAB).

Outra importante parceria ocorre com a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), constituída em 2006 por força do Tratado firmado entre o Brasil e a Ucrânia em 2003, para explorar serviços de lançamento comercial a partir de Alcântara, bem como a empresa Visiona Tecnologia Espacial S.A., constituída em 2012, mediante parceria entre a Telebrás e a Embraer, para prover, como “*prime-contractor*”, a aquisição, lançamento, construção de infraestrutura terrestre e capacitação para a operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), destinado a atender as demandas do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e das comunicações militares em Banda X.

Na qualidade de usuários dos serviços espaciais, tem-se como principais parceiros o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, a Agência Nacional de Águas (ANA), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o SIPAM/SIVAM e a Secretaria de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional – SEDEC/MI, além de inúmeras empresas, organizações governamentais e do terceiro setor que fazem uso de imagens e outros produtos gerados a partir das aplicações espaciais.

Como fomentadores e financiadores das atividades de PD&I e de formação e aperfeiçoamento de pessoal, a AEB tem ainda como importantes parceiros a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Na geração de novos conhecimentos científicos e tecnológicos de interesse para o programa espacial, a AEB tem também como parceiras as instituições acadêmicas (tais como ITA, USP, UFMA, UNB, dentre outras), representadas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

No campo da normatização e fiscalização, a AEB conta, por fim, como principais parceiros a ABNT, o IFI/DCTA, o INPE/MCTI e o INMETRO/MDIC.

Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O planejamento estratégico da AEB tem por base o estabelecido para o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), cuja elaboração e atualização é de responsabilidade legal da AEB, conforme atribuição estabelecida na sua lei de criação (item III, art. 3 da Lei nº 8.854/94, pelo qual lhe cabe: “Elaborar e atualizar os Programas Nacionais de Atividades Espaciais (PNAE) e as respectivas propostas orçamentárias”).

A Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), aprovada pelo Decreto n.º 1.332, de 8 de dezembro de 1994, estabelece os objetivos e diretrizes para os programas e projetos nacionais relativos à área espacial e tem o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) como seu principal instrumento de planejamento e programação de longo prazo, envolvendo um conjunto de ações e previsões de investimentos necessárias por períodos decenais. A última revisão e atualização do PNAE ocorreram no biênio 2011/2012, com ampla participação e envolvimento de diversos *stakeholders* do programa, resultando na sua quarta edição, lançada em 2012, que cobre o período de 2012 a 2021 e servirá como principal instrumento de orientação e condução da execução da política e das estratégias de execução do programa para os próximos dez anos.

As principais orientações estratégicas estabelecidas no planejamento estratégico do PNAE, para 2012-2021, são as seguintes:

- Consolidar a indústria espacial brasileira, aumentando sua competitividade e elevando sua capacidade de inovação, inclusive por meio do uso do poder de compra do Estado, e de parcerias com outros países.
- Desenvolver intenso programa de tecnologias críticas, incentivando a capacitação no setor, com maior participação da academia, das instituições governamentais de C&T e da indústria.
- Ampliar as parcerias com outros países, priorizando o desenvolvimento conjunto de projetos tecnológicos e industriais de interesse mútuo.
- Estimular o financiamento de programas calcados em parcerias públicas e/ou privadas.
- Promover maior integração do sistema de governança das atividades espaciais no país, por meio do aumento da sinergia e efetividade das ações entre os seus principais atores e da criação de um Conselho Nacional de Política Espacial, conduzido diretamente pela Presidência da República.
- Aperfeiçoar a legislação para dinamizar as atividades espaciais, favorecendo e facilitando as compras governamentais, o aumento de recursos para o Fundo Setorial Espacial, e a desoneração da indústria.
- Fomentar a formação e capacitação de especialistas necessários ao setor espacial brasileiro, tanto no país quanto no exterior.
- Promover a conscientização da opinião pública sobre a relevância do estudo, do uso e do desenvolvimento do setor espacial brasileiro.

No contexto destas orientações estratégicas, que diz respeito aos sistemas espaciais e respectiva infraestrutura associada, consta também que, na execução do PNAE, deve ser observada uma fase inicial de consolidação, que consiste em concluir projetos já iniciados no passado ou iniciar outros, de modo a construir e consolidar um arcabouço necessário para uma segunda fase do

programa, quando deverão ser lançados e desenvolvidos novos projetos de maior complexidade e de alto valor tecnológico, impondo ao programa novos desafios.

Nesse sentido, foram definidos como principais projetos estruturantes e mobilizadores os seguintes:

- Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS-3 e 4 e os resultantes do Plano Decenal de Cooperação Espacial junto à China).
- Satélites de Observação da Terra da série Amazônia (Amazônia-1 e seus sucessores).
- Foguetes suborbitais e plataformas de reentrada.
- Veículos Lançadores baseados no Programa Cruzeiro do Sul.
- Infraestrutura de lançamento para acesso ao espaço (Complexo Espacial de Alcântara – CEA) e serviços de lançamento comerciais (Acordo Brasil-Ucrânia).
- Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).
- Satélite de Observação da Terra por Radar (SAR).
- Satélite Geoestacionário de Meteorologia (GEOMET).

Na correlação do planejamento estratégico do PNAE com o estabelecido no Plano Plurianual (PPA), por meio do **Programa 2056 – Política Espacial**, que compreende o período de 2012 a 2015, pode identificar e observar uma estreita relação e alinhamento com o planejamento estratégico da primeira fase de consolidação do PNAE estabelecido, que tem, por sua vez, os seguintes objetivos e iniciativas:

Objetivo: 0397 - Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.
Iniciativas
016C - Adequação da infraestrutura do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) para atendimento aos projetos de veículos lançadores e veículos suborbitais nacionais
016E - Desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores nacionais
016G - Desenvolvimento, lançamento e industrialização de foguetes suborbitais
016J - Produção de normas e certificação de conformidade e de segurança de bens e serviços comerciais do setor espacial
Objetivo 0398 - Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS)
Iniciativas
016L - Exploração dos serviços comerciais de lançamento pela Alcântara Cyclone Space (ACS) a partir de Alcântara
016O - Implantação do Complexo Espacial de Alcântara (CEA)
Objetivo 0399 - Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa
Iniciativas
016R - Atração, formação e capacitação de pessoal para o setor espacial, contribuindo para a sua popularização
016T - Instalação de Observatório Tecnológico sobre propriedade intelectual de interesse do programa

Objetivo 0555 - Desenvolver e ampliar o conhecimento das tecnologias críticas para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais
Iniciativas
024Q - Desenvolvimento e utilização de plataformas orbitais e suborbitais de baixo custo para provas de conceito tecnológicos e experimentos científicos
024S - Levantamento e prospecção de informações tecnológicas em apoio às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação do programa e proteção dos direitos de propriedade intelectual decorrentes dessas atividades
024U - Realizar e fomentar pesquisas para o desenvolvimento e aplicação das tecnologias de caráter estratégico para os sistemas espaciais de interesse nacional
Objetivo: 0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico
Iniciativas
02NA - Atualização e expansão da capacidade e das instalações para integração e testes de satélites, rastreamento e controle de satélites, recepção, armazenamento e disseminação de dados
02NB - Concepção e análise de viabilidade de novas missões espaciais
02NC - Desenvolvimento de instrumentação científica, pesquisa básica e tecnologia para clima espacial e ciências espaciais
02ND - Desenvolvimento de Satélite de Medida de Precipitação
02NE - Desenvolvimento de Satélite Radar
02NG - Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1
02NH - Desenvolvimento do Satélite Lattes
02NI - Desenvolvimento do Satélite Sabia-Mar
02NM - Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-3
02NN - Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-4
02NJ - Desenvolvimento do Sistema Geoestacionário Brasileiro

FONTE: DPEI/AEB

Na correlação das atividades de gestão da AEB, as mesmas se fazem por meio do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do MCTI. O valor da dotação que consta nesse programa vem crescendo na proporção das responsabilidades assumidas pela UJ. Esse programa mantém a estrutura administrativa da AEB com a prestação dos serviços típicos dessa ação: passagens, diárias, pagamento de pessoal, benefícios aos servidores, contratos de serviços, segurança, transporte de servidores, material de expediente, etc.

O programa de gestão visa dar suporte às diretorias, fornecendo apoio aos macroprocessos finalísticas destas. No presente exercício a dotação disponibilizada atendeu todas as demandas internas da UJ. O programa está em sintonia com o MCTI, uma vez que estes compartilham proporcionalmente as mesmas despesas do complexo administrativo onde está localizada a sede da AEB.

Como agência vinculada ao MCTI, o planejamento estratégico da AEB insere-se também nas diretrizes e objetivos estratégicos da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

(ENCTI), entendida como uma Política de Estado. Nesse contexto, o programa espacial faz parte do conjunto dos programas prioritários para os setores portadores de futuro, tendo como objetivo estratégico principal: “Atender às demandas nacionais por satélites de telecomunicações, de observação da Terra, de meteorologia e para missões científicas e tecnológicas, com domínio de tecnologias críticas e aumento da indústria nacional no Programa Espacial Brasileiro”.

As principais estratégias de ação associadas a este objetivo na ENCTI são:

- Desenvolvimento, fabricação e lançamento dos satélites de observação da Terra CBERS-3 e CBERS-4, construídos em parceria com a China, e Amazônia-1 e Amazônia-2B;
- Construção e lançamento do satélite científico para estudos do clima espacial, em parceria com a Índia e a África do Sul, no âmbito do IBAS;
- Análise de requisitos e viabilidade técnica-econômica para a contratação do desenvolvimento do primeiro satélite de comunicação do Sistema Geoestacionário Brasileiro, com participação da indústria nacional, a ser realizado em parceria com a Telebrás e com os Ministérios da Defesa e das Comunicações, com vistas a atender às demandas de comunicações estratégicas de Defesa e do Plano Nacional de Banda Larga;
- Estudos de concepção e análise de viabilidade técnico-econômica da missão do satélite RADAR;
- Implantação e conclusão da infraestrutura geral e específica necessária para operação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Sítio Cyclone-4;
- Realização de dois voos de teste tecnológico do Veículo Lançador de Satélites (VLS), anteriormente ao seu voo de qualificação;
- Fortalecimento da parceria tecnológica internacional nas áreas de propulsão líquida, guiagem e navegação inercial e radar de abertura sintética.

Pelos fatos expostos, pode-se verificar que existe um alinhamento e entrelaçamento dos objetivos estratégicos centrais do PNAE, com os do PPA e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) do MCTI.

Adicionalmente, na estratégia de integrar a política espacial com outras políticas públicas, deve ser destacada também a inserção do PNAE no Plano Brasil Maior (PBM), que busca acelerar o crescimento dos investimentos produtivos e o esforço tecnológico e de inovação das empresas nacionais, aumentando, como consequência, a competitividade dos bens e serviços nacionais. Esta inserção resultou na construção de uma agenda estratégica conjunta para o setor espacial, aeronáutico e defesa, compreendendo, para o setor espacial, os objetivos e iniciativas do quadro a seguir:

Objetivo 1	FORTALECER A CADEIA PRODUTIVA DE DEFESA, AERONÁUTICO E ESPACIAL
Iniciativa 1.4.	Elaboração e revisão de marcos regulatórios – Aprovar o Projeto de Lei nº 7.526/2010 (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Espacial – PADIE)
Objetivo 2	CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO TECNOLÓGICA, INDUSTRIAL E COMERCIAL – CTIC (OFFSET) PARA AS COMPRAS E AS VENDAS NOS SETORES DE DEFESA, ESPACIAL E AERONÁUTICO
Iniciativa 2.1.	Definição de diretrizes, padronização de procedimentos e metodologias de avaliação dos programas de offset a serem desenvolvidos pelo governo
Objetivo 3	FOMENTO A CAPACITAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL NO DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUBSISTEMAS DE SATÉLITES GEOESTACIONÁRIOS
Iniciativa 3.1.	Desenvolvimento do plano de absorção e transferência de tecnologia
Iniciativa 3.2.	Envolvimento da indústria espacial nacional no desenvolvimento de satélites geoestacionários de meteorologia
Objetivo 4 (Espacial)	ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS ESPACIAIS COMPLETOS
Iniciativa 4.1.	Desenvolvimento de Veículo Lançador de Microssatélites (VLM), com a participação da indústria nacional
Iniciativa 4.2.	Produção e desenvolvimento tecnológico em ambiente industrial do foguete de sondagem VSB-30

FONTE: DPEI/AEB

Para 2012, os principais objetivos estratégicos traçados pela AEB consistiram naqueles estabelecidos no planejamento estratégico de longo prazo do PNAE, quais sejam:

- Consolidar a indústria espacial brasileira.
- Desenvolver intenso programa de tecnologias críticas.
- Ampliar as parcerias com outros países.
- Estimular o financiamento de programas calcados em parcerias públicas e/ou privadas.
- Promover maior integração do sistema de governança das atividades espaciais no país.
- Aperfeiçoar a legislação para dinamizar as atividades espaciais (compras governamentais, recursos para o Fundo Setorial Espacial e a desoneração da indústria, e adoção de direitos e deveres internacionais).

- Fomentar a formação e capacitação de especialistas.
- Promover a conscientização da opinião pública sobre a relevância do setor espacial brasileiro.

Esses objetivos buscam, em síntese, focar, como prioridades principais, o fortalecimento da indústria nacional, a necessidade do domínio das tecnologias críticas, a ampliação da cooperação internacional, o desenvolvimento de competências humanas para a sustentabilidade do programa, o aperfeiçoamento da governança do programa e a sua popularização junto à sociedade em geral.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

As ações planejadas pela AEB para o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos no PNAE consistiram-se nos seguintes:

- Integrar a política espacial às demais políticas públicas em execução.
- Comprometer a indústria em todas as etapas do desenvolvimento dos projetos espaciais – da concepção à construção de equipamentos a sistemas espaciais completos.
- Estimular a criação de empresas integradoras na indústria espacial.
- Usar o poder de compra do Estado, mobilizando a indústria para o desenvolvimento de sistemas espaciais completos.
- Fomentar a formação, captação e fixação de especialistas qualificados na quantidade necessária para dinamizar as atividades espaciais.
- Dominar as tecnologias críticas e de acesso restrito, com participação da indústria, junto com a competência e o talento existente nas universidades e institutos de pesquisa nacionais.
- Alcançar a capacidade de lançar satélites a partir do território brasileiro.
- Transferir à indústria as tecnologias de produtos espaciais desenvolvidos pelos institutos de pesquisa.
- Incorporar aos sistemas encomendados pelo Estado as tecnologias, partes e processos desenvolvidos e dominados pela indústria brasileira.
- Elevar a Política Espacial à condição de Política de Estado, firmando o interesse estratégico e geopolítico das atividades espaciais, que fortalecem a autonomia e soberania do Brasil.
- Aperfeiçoar a governança integrada do Programa Espacial Brasileiro.

Na implementação dessas ações, foi possível identificar diversas restrições ou obstáculos, como fatores de risco, que dificultam a melhor consecução dos objetivos estratégicos estabelecidos.

Essas restrições são de diversas naturezas, destacando-se as principais:

Políticas – As restrições impostas por outros países de acesso às tecnologias críticas de interesse do PNAE, tais como sensores e atuadores para navegação e guiagem, materiais, softwares ou componentes eletrônicos de classe espacial, criam dificuldades para o maior avanço no desenvolvimento dos projetos de sistemas espaciais, gerando constantes atrasos ou longos tempos de desenvolvimento.

Institucionais – A insuficiência de pessoal para executar os projetos do PNAE, aliada à ausência de estímulos para a manutenção e ingresso de servidores nos quadros dos órgãos

governamentais do SINDAE, leva ao risco dos projetos serem retardados ou ainda pior, ocorrerem até suspensões.

Orçamento e Financeiro – A limitação, descontinuidade e incerteza de recursos orçamentários e financeiros, nos horizontes de curto, médio e longo prazo, têm levado muitas vezes à necessidade de constantes replanejamentos dos projetos e desmobilização de equipes, acarretando, como consequência, atrasos no desenvolvimento dos projetos, desmotivação e perda de pessoal.

Jurídico/Legal – A lei que regulamenta as compras governamentais (Lei 8.666) é inadequada para a contratação e execução de projetos de desenvolvimento de produtos de alto conteúdo tecnológico, que envolvem alto grau de risco, impondo, como consequência, inúmeras dificuldades nos contratos com empresas para o fornecimento ou o desenvolvimento de equipamentos e subsistemas espaciais.

Tecnológicas – A falta de domínio das tecnologias críticas impõe a necessidade do país de desenvolver maiores esforços endógenos de pesquisa e desenvolvimento, que, por sua vez, exigem maiores volumes de investimentos, nem sempre disponibilizados, levando muitas vezes à necessidade de redesenho dos projetos, elevando os seus custos.

Gestão – A amplitude e complexidade de temas que envolvem o programa espacial brasileiro, além da sua característica multi-institucional, levam à necessidade de aperfeiçoamento do sistema de governança do SINDAE, de modo a proporcionar visão estratégica comum de longo prazo entre os seus diversos stakeholders, e, conseqüentemente, promover maior harmonização na consecução dos seus objetivos estratégicos e execução das ações.

A solução de grande parte dos obstáculos acima indicados, ou seja, riscos a serem mitigados, muitas vezes transcendem à capacidade da AEB de buscar isoladamente soluções para as restrições apontadas.

Não obstante este fato, diversas articulações e ações têm sido promovidas e implementadas pela AEB, com vistas a mitigar esses riscos. A estratégia de integrar a política espacial às demais políticas públicas em execução, tendo como exemplo a busca e ampliação da rede de parcerias e, conseqüentemente, a elevação dos investimentos no programa, de forma a minimizar as restrições de ordem orçamentária e financeira.

Da mesma forma, a criação de empresas integradoras, associadas ao uso do poder de compra do Estado, podem atrair também maiores investimentos pela iniciativa privada, além de construir caminhos para amenizar as restrições legais de contratos ou de barreiras tecnológicas, caso as atividades fossem desenvolvidas estritamente em ambiente governamental.

Buscando atenuar as restrições de acesso a tecnologias críticas e de pessoal, a AEB também conduz uma série de iniciativas que fomentam a pesquisa e o desenvolvimento em universidades e empresas, por meio dos Programas Microgravidade e Uniespaço, e Editais para projetos de pesquisa conduzidos pelo CNPq, bem como a formação de recursos humanos e a divulgação das atividades espaciais no meio educacional, pelo Programa AEB Escola.

Para contornar as restrições de pessoal, está em tramitação no Congresso Nacional um projeto de lei que busca recompor o quadro de pessoal nos institutos de pesquisa, incluindo a própria AEB, que até hoje não dispõe de um quadro próprio, dentro da carreira específica de ciência e tecnologia.

Para o fortalecimento da governança do programa, está, também, em estudo uma possível reestruturação e reorganização dos macroprocessos finalísticos da AEB, de modo a incluir o INPE neste processo, com vistas a fortalecer a governança integrada do SINDAE, como estabelecida nas ações planejadas da AEB.

Nesse contexto, busca-se ainda, a criação de um Conselho Nacional de Política Espacial, a ser conduzido diretamente pela Presidência da República, o que contribuiria também para o maior aperfeiçoamento e fortalecimento da governança do sistema.

No plano da comunicação e divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados, a AEB tem se valido dos seus canais de comunicação interna, os quais incluem Intranet, E-mail corporativo, Mural, Clipping de notícias, palestras, eventos internos, dentre outros. Na comunicação com a Sociedade, objetivando o fortalecimento da marca institucional da Agência e, principalmente, a popularização dos temas espaciais e das atividades do Programa Espacial Brasileiro, a AEB tem revisado e ampliada a utilização das suas ferramentas de comunicação, tais como o site www.aeb.gov.br, a Revista semestral Espaço Brasileiro, o Boletim mensal Espaço Brasileiro (eletrônico), o envio de notícias por meio de releases a imprensa, folders, participação em feiras e eventos da área de Ciência & Tecnologia, entre outros.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

A política espacial do governo, entendida como estratégica para o desenvolvimento soberano do país, está orientada para a busca de soluções para vários problemas e desafios nacionais, mediante a aplicação das tecnologias espaciais, do domínio dos meios de acesso ao espaço e das tecnologias críticas envolvidas, com crescente participação e capacitação da indústria nacional. No processo de atualização dessa política, a Agência Espacial Brasileira (AEB) concluiu, em 2012, a revisão do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE, que orienta o desenvolvimento das atividades espaciais no Brasil por meio de uma carteira de projetos voltada para o atendimento das demandas do país. O novo PNAE enfatiza a maior utilização do mecanismo de compras do Estado, procurando atender às demandas socioeconômicas de forma transversal e em sinergia com as demais políticas públicas em vigor, por meio da execução de projetos de natureza estruturante e mobilizadora.

Segundo os Objetivos estratégicos estabelecidos no PPA, para o tema Política Espacial, podem ser destacadas as seguintes principais realizações:

Objetivo 0397 – Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.

Como importante realização em 2012, cabe ser destacada a Operação Salina, que marcou o reinício das atividades relacionadas ao VLS-1 no Centro de Lançamento de Alcântara. O objetivo da Operação foi realizar o transporte, a preparação e integração mecânica de um “*mock-up*” estrutural inerte do VLS-1 – estrutura real do veículo sem combustível a bordo – e ensaios e simulações para verificação da integração física, elétrica e lógica da Torre e dos meios de solo do CLA, associados à preparação para voo do VLS-1. Esta operação fez parte dos preparativos para o voo XVT-01 (VSISNAV), reprogramado para 2014. O sucesso deste voo viabilizará o lançamento do XVT-02, passo fundamental para a qualificação do VLS-1.

Cabe ser destacada também a elaboração e conclusão da "Requirements Compliance Matrix" (RCM), aprovada pela AEB, que compreende todas as tarefas a serem executadas a fim de que possam ser emitidas as licenças e certificações necessárias à operação do sítio do Cyclone-4, em implantação dentro da área do CLA, bem como do foguete Cyclone-4. Com a apresentação pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) dos métodos de cumprimento dos requisitos da RCM, esperada para 2013, será possível avançar os trabalhos de concessão das certificações necessárias.

Nos esforços para a conquista dos meios de acesso ao espaço, destacam-se os avanços realizados pelo Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) no

desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1), do Veículo Lançador de Microssatélites (VLM) e do motor a propulsão líquida L75. Dentre as operações realizadas, destacam-se, em 2012, o lançamento de cinco foguetes suborbitais sendo: um VS-40 (Shefex 2), um VSB-30 (MASER 12) e três VS-30/Orion (HiFire 3, HiFire 5 e INPE 14). Foram lançados, ainda, 23 foguetes de treinamento (FTI e FTB), sendo 13 desses foguetes pelo CLA (em Alcântara/MA) e 10 pelo CLBI (em Natal/RN).

A conquista da capacidade de acesso ao espaço, de forma autônoma, é uma das prioridades estratégicas da política espacial. No entanto, por envolver tecnologias altamente sensíveis, o setor sofre constantes embargos internacionais, tornando o desenvolvimento das suas atividades ainda mais difíceis. Aliada a esta dificuldade, a falta de pessoal nos quadros do DCTA/MD constitui em outro sério obstáculo para o maior desenvolvimento das metas, associadas ainda com as restrições de ordem orçamentária. Esses fatores levaram à necessidade de reprogramação dos voos XVT-01 (VSISNAV), XVT-02 e VLS-01 V04.

Objetivo 0398 – Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).

A inserção do Brasil no restrito mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites é uma das principais prioridades da política espacial. O conjunto das metas do objetivo compreendem majoritariamente ações voltadas para a implantação da infraestrutura de obras e sistemas necessários para o início dos voos comerciais do foguete ucraniano Cyclone-4. A infraestrutura do sítio do Cyclone, que compreende o complexo de lançamento (LC), o complexo técnico (TC), a área de armazenamento temporário de propelentes (Temporary Storage Zone of ContainerTanks – TSA) e o posto de comando, vem sendo implantada de forma lenta, motivada principalmente pela necessidade de elevar o capital da empresa binacional ACS, de modo a permitir o maior avanço e a conclusão das obras necessárias. Com o início das obras e as revisões posteriores dos projetos básicos/executivos e do plano de negócio da ACS, realizados ao longo de 2011 e 2012, foi constatado que o capital de US\$ 497 milhões, aprovado em 2009 para a binacional ACS, é insuficiente para concluir todas as obras necessárias. Se superada a restrição de elevação do capital da ACS, estima-se que seja possível realizar o voo de qualificação do Cyclone-4 em 2014, colocando, assim, o país em condições de iniciar as operações comerciais de lançamento em 2015.

Objetivo 0399 – Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.

O desenvolvimento e a consolidação de novas competências são de fundamental importância para a sustentabilidade do programa espacial no médio e longo prazo. Destacamos, no período de referência, o treinamento de dez pós-graduandos da UnB em indústrias e universidades ucranianas, que poderão vir a se engajar em organizações de pesquisa ou empresas do setor espacial. Os programas de formação de alunos de nível fundamental e médio, assim como de professores, atingiram as metas esperadas. Apesar de verificar a expansão do número de cursos de engenharia aeroespacial no país, permanece a dificuldade das instituições governamentais de pesquisa em absorver parte dessa mão de obra, apesar da necessidade já evidenciada ao longo de vários anos. Espera-se também, ao longo do biênio 2013-2014, a instalação do Observatório Tecnológico sobre propriedade intelectual, o qual, ainda não foi iniciada para as áreas de interesse do Programa Espacial. Com vistas a ampliar os resultados buscados no Objetivo em causa, buscar-se-á também, até o final do período do PPA, a implementação de 300 bolsas de formação, treinamento e especialista visitante, nas áreas de interesse do programa, em articulação com instituições e agências espaciais estrangeiras e programas governamentais tais como o Programa “Ciência sem Fronteiras”. Serão desenvolvidos esforços também para a estruturação dos conteúdos programáticos e da

metodologia para cursos de especialização e mestrado em Educação Espacial, em parceria com o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/MEC/CAPES).

Objetivo 0555 – Desenvolver e ampliar o conhecimento das tecnologias críticas para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais.

A busca do desenvolvimento e domínio das tecnologias críticas constitui um dos principais desafios do programa. No âmbito das ações deste objetivo pode ser destacada a meta já cumprida de desenvolvimento, pelo INPE, de lubrificante sólido, a base de carbono tipo diamante, para uso em peças de satélite, totalmente qualificado pela empresa Fibraforte. As outras metas, como o desenvolvimento do modelo de engenharia do motor a propelente líquido de 75kN de empuxo (Motor L75) vêm tendo o seu desenvolvimento normal, porém em ritmo lento.

As principais restrições ao maior desenvolvimento deste objetivo são restrições orçamentárias e, principalmente, a falta de uma capacidade instalada de pessoal no INPE e DCTA, cujos quadros de pessoal precisam ser recompostos em patamares necessários aos dos últimos tempos.

Para promover maior articulação, integração e sinergia de ações intergovernamentais, a AEB, com a coordenação da ABDI e CGEE, também deu apoio ao desenvolvimento, no âmbito do Programa Brasil Maior (PBM), de um trabalho, iniciado em novembro de 2012, com vistas a construção de uma agenda de tecnologias críticas para o setor espacial (ATS-Espacial), que possa contribuir para o reposicionamento da indústria nacional e elevar a competitividade e a capacidade de inovação do setor. Espera-se concluir esta agenda até o final do primeiro semestre de 2013.

Para 2013, espera-se ainda que haja continuidade nas pesquisas para o desenvolvimento de diversas tecnologias especificadas nas metas, bem como o possível lançamento do satélite NANOSATC-BR1, a cargo do Centro Regional Sul (CRS/INPE, Santa Maria), que está aguardando vaga em campanha internacional de lançamento.

Objetivo 0702 – Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.

O objetivo está sendo cumprido, destacando-se os avanços nos trabalhos para a contratação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que levou à criação, em 2012, da empresa "Visiona Tecnologia Espacial S.A.", fruto de uma parceria entre a estatal Telebrás e a Embraer. Os estudos para a formulação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia, como estabelecido no Decreto nº 7.769/2011, foram completados em novembro/2012, com o subsequente envio para a Telebrás do Termo de Referência para a contratação do satélite. O projeto trará grandes contribuições para as comunicações seguras de caráter civil e militar, bem como auxiliará a promover outras políticas governamentais relacionadas com a inclusão digital. Aliado a este projeto, o Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE prepara um plano de expansão para atender às futuras necessidades nacionais em satélites geoestacionários.

Destacam-se também os avanços no desenvolvimento dos satélites CBERS-3 e Amazônia-1, conseguidos a despeito das dificuldades técnicas encontradas ao longo do ano. Ambos contribuirão para a ampliação da capacidade do país de observação do território nacional e de outras regiões da Terra de forma autônoma, bem como o aumento da capacitação tecnológica e de inovação da indústria nacional.

Também é importante citar o resultado do trabalho iniciado pela AEB em 2012 e desenvolvido em conjunto com a Agência Nacional de Águas (ANA), que levou a proposição de um novo sistema de satélites para atender a demanda por dados meteorológicos e hidrológicos, em continuidade ao sistema implantado nos primórdios do Programa Espacial Brasileiro pelos Satélites de Coleta de Dados. Adicionalmente, foram apoiadas e incentivadas várias atividades voltadas para a utilização de dados de satélites para o sensoriamento remoto, a gestão hídrica e ambiental (desmatamento e queimadas), a previsão meteorológica, os alertas de desastres naturais e o monitoramento do clima espacial.

Sobre o sistema de monitoramento do clima espacial, deve ser destacada que o mesmo já se encontra em fase inicial de operação, devendo sua infraestrutura estar totalmente concluída em 2013.

O conjunto das ações deste Objetivo traz também importantes contribuições para outras políticas governamentais, tais como defesa, biodiversidade; ciência, tecnologia e inovação; controle de desmatamentos, mudanças climáticas, desastres naturais, segurança alimentar e produção de energia.

Para 2013, espera-se que já seja firmado o contrato para o desenvolvimento do SGDC e lançado o satélite CBERS-3. Na revisão do PNAE para o período de 2012-2021, houve a decisão de postergar o início efetivo do desenvolvimento do satélite radar, visto que, além das restrições orçamentárias existentes, não existe no momento uma capacidade instalada de pessoal para dar início ao desenvolvimento formal do projeto. As restrições orçamentárias e a falta de pessoal constituem-se nos principais desafios de implementação do presente Objetivo.

Os resultados e impactos esperados do conjunto dos projetos definidos no PNAE como estruturantes e mobilizadores são os seguintes:

Projetos Mobilizadores e Estruturantes	Resultados / Impactos
Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de uma empresa integradora de sistemas espaciais e melhor estruturação e organização da cadeia produtiva do setor espacial (SGDC). • Incremento da capacitação tecnológica da indústria nacional no segmento de satélites de telecomunicação e elevação do índice de participação nacional no desenvolvimento e fabricação do segundo satélite geoestacionário.
Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS)	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da capacidade de observação e monitoramento do território nacional. • Dá continuidade e amplia a cooperação com a China, sobretudo com o Plano Decenal de Cooperação Espacial a ser elaborado.
Satélite Geoestacionário de Meteorologia	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da dependência estrangeira na obtenção de informações meteorológicas sobre o território nacional. • Ampliação da capacitação tecnológica da indústria nacional no segmento de satélites geoestacionários.
Satélite de Observação da Terra por Radar (SAR)	<ul style="list-style-type: none"> • Complementa a capacidade de observação do território nacional a partir do espaço, permitindo observar de forma independente das condições de tempo.
Satélite de Observação da Terra da série Amazônia	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da capacidade de observação e monitoramento do território nacional. • Domínio das tecnologias críticas de navegação e controle de atitude e de propulsão. • Inserção do Brasil no mercado de pequenos satélites de sensoriamento remoto.

Veículos Lançadores	<ul style="list-style-type: none"> • Assegura por completo o primeiro ciclo de acesso ao espaço (VLS-1). • Desenvolvimento de um lançador de microssatélites (inferior a 100 kg), para fins comerciais (VLM). • Domínio e capacitação tecnológica no desenvolvimento de lançadores de maior porte para o atendimento às demandas de lançamento do Programa Espacial Brasileiro (VLS Alfa e VLS Beta).
Foguetes suborbitais e plataformas de reentrada	<ul style="list-style-type: none"> • Inserção do país no mercado de foguetes de sondagem e missões científicas e tecnológicas em ambientes de microgravidade.
Infraestrutura de lançamento para acesso ao espaço (CEA) e serviços de lançamentos comerciais (Acordo Brasil-Ucrânia)	<ul style="list-style-type: none"> • Assegura ao País capacidade de acesso autônomo ao espaço para sistemas de grande porte, através do empreendimento binacional Alcântara Cyclone Space (ACS). • Ingresso do País no restrito mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites.

FONTE: DPEI/AEB

Além dos projetos estruturantes e mobilizadores, o programa conta com outras ações e projetos complementares, importantes para a sustentabilidade do Programa Espacial Brasileiro, cujos resultados e impactos esperados são:

Projetos Complementares	Resultados / Impactos
Programa de Tecnologias Críticas	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da capacidade de articulação entre governo, academia e indústria, contribuindo para a ampliação do grau de autonomia tecnológica do país, bem como das oportunidades para a inovação nos diversos segmentos da área espacial. • Desenvolvimento de Competências humanas no setor espacial. • Consolidação e expansão dos cursos de engenharia aeroespacial no Brasil.
Projetos tecnológicos de baixo custo para satélites de pequeno porte	
Projetos de tecnologias alternativas de baixo custo para acesso ao espaço	

FONTE: DPEI/AEB

2.4 Indicadores do Programa

Para o monitoramento e avaliação do programa temático Política Espacial, são adotados os seguintes indicadores de caráter finalísticos:

- **Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional PNAE (IPSEN)**

Unidade de Medida: Percentual

Base de Referência em 31/12/2010: 27,60%

Valor Apurado em 31/12/2012: 23%

Fórmula de cálculo: Relação percentual entre os valores pagos, nos contratos de fornecimento por empresas brasileiras de produtos ou serviços para o programa espacial, e o montante do dispêndio total com as ações finalísticas do PNAE, em cada exercício fiscal.

Análise: A redução no resultado do índice no ano de 2012 deveu-se, por um lado, ao estágio atual dos programas de satélite, nos quais muitos contratos industriais estão em vias de encerramento, sem que tenham sido estabelecidas contratações associadas aos novos projetos. Ademais, os atrasos na formalização de contratos industriais para os projetos de lançadores, decorrentes dos obstáculos de ordem jurídica/legal, afetaram também o resultado do índice. Devem ser considerados também os dispêndios com a infraestrutura de centros de lançamento e os aportes de capital para ACS, que apesar de fazerem parte da base de apuração do indicador, não são, no entanto, classificados como despesas com a indústria espacial propriamente dita, o que contribuiu também para a redução desse índice.

- **Número de imagens de satélites distribuídas anualmente**

Unidade de Medida: Unidade

Base de Referência em 31/12/2010: 397.359

Valor Apurado em 31/12/2012: 360.582

Fórmula de cálculo: Número de imagens baixadas do catálogo de imagens do INPE no período de um ano.

Análise: Houve uma redução da ordem de 10% em relação à base de 2010, visto que o CBERS-2B e o LANDSAT-5 deixaram de operar.

- **Posição no Índice de Competitividade Espacial (SCI)**

Unidade de Medida: posição em listagem

Base de Referência em 31/12/2010: 10º

Valor Apurado em 2012: 11º

Fórmula de cálculo: Segundo a metodologia adotada pela Futron Corporation.

Análise: Quando da construção do índice, a Futron considerou uma lista de apenas dez países. Em 2012, a mesma decidiu aumentar esta lista incluindo cinco outros novos países nas suas análises (Austrália, Argentina, Irã, África do Sul e Ucrânia).

Nessa alteração, o Brasil passou para a 11ª posição, atrás da Austrália. Fonte: <http://spaceref.biz/2012/08/futron-releases-2012-space-competitiveness-index.html>.

Indicadores Institucionais

Índice de Execução Orçamentária – IEO

Unidade de Medida: Percentual

Fórmula de cálculo: Dotação orçamentária efetivamente empenhada (DOE) / Limite de movimentação e empenho (LME) *100

Base de Referência: 2010 – 95,63% e 2011 – 97,44%

Valor Apurado em 31.12.2012: 96,72%

Análise: a AEB recebeu uma dotação orçamentária de R\$ 348,7 milhões. Desse valor, recebeu R\$ 283,6 milhões de Limite para movimentação e empenho, o que representou 81,33% da dotação. Como pode ser observado a AEB vem mantendo o nível de execução orçamentária autorizado. O órgão descentralizou apenas 52,09% do Limite Orçamentário Recebido do MCTI, ante quase 90% em exercícios pretéritos. O resultado dessa mudança foi que a AEB empenhou internamente 47,55% do limite orçamentário recebido. Em 2011 esse percentual ficou em 24,92%.

Índice de Execução Financeira – IEF

Unidade de Medida: Percentual

Fórmula de cálculo: Somatório dos valores pagos e restos a pagar pagos no exercício (PRPP) / Valor financeiro recebido (VFR) *100

Série desde 2010: 2010 – 87,02% e 2011 – 100%

Valor Apurado em 31.12.2012: 97,25%

Análise: os repasses recebidos em 2012 foram em decorrência de uma programação financeira mais restritiva para o exercício. Do financeiro recebido em 2012, 62,09% foram para pagamento de Restos a Pagar de 2011.

Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

3.1 Estrutura e Governança

Estrutura Orgânica de controle da Auditoria Interna conforme Regimento Interno da Agência Espacial Brasileira:

Art. 14. À Auditoria Interna - AIN compete:

I - examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos;

II - verificar a regularidade na execução dos controles internos e externos, especialmente daqueles referentes à realização da receita e da despesa;

III - analisar a execução física e financeira de contratos, convênios, acordos, ajustes e demais documentos de compromisso firmados pela AEB;

IV - acompanhar a legislação, normas, instruções e diretrizes pertinentes, divulgando-as, orientando quanto a sua aplicação e verificando seu fiel cumprimento;

V - promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira dos programas, projetos e atividades;

VI - executar auditorias extraordinárias, determinadas pelo Presidente da AEB; e

VII - apoiar a realização de inspeções, auditorias e demais procedimentos de controle externo.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				

15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica:					
Na avaliação dos elementos do Sistema de Controles Internos da AEB, observa-se que o ambiente de controle está relativamente adequado e pode ser aperfeiçoado, necessitando, no entanto, de maiores esforços na padronização e formalização dos seus procedimentos e instruções operacionais. Da mesma forma, situam-se os elementos relativos aos procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento, havendo espaços para maiores aperfeiçoamentos. Atenção especial deve ser dada ao elemento de avaliação de risco, questão esta que já foi reconhecida e manifestada pela AEB, por meio do ofício nº 227/PRE/12, de 04/12/2012, que encaminhou ao TCU o questionário sobre gestão de riscos.					

FONTE: AUDITORIA INTERNA e DPEI/AEB

4 Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.1 – Programa de Governo Constante do PPA – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2056			
Título	Política Espacial			
Órgão Responsável	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		g) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	299.144.655,00	334.007.991,00	1.798.535.594,00	
b) Outras Fontes	94.774.000,00	88.274.000,00		
c) Subtotais (a + b)	393.918.655,00	422.281.991,00		
d) Valor Global Previsto no PPA	2.192.454.249,00			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
356.179.041,55	215.442.251,87	1.682.025,88	140.736.789,68	213.760.225,99
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição			Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento
0397	Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.			Agência Espacial Brasileira
0398	Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).			Agência Espacial Brasileira
0399	Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.			Agência Espacial Brasileira
0555	Desenvolver e ampliar o conhecimento das tecnologias críticas para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais.			Agência Espacial Brasileira
0702	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.			Agência Espacial Brasileira

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Análise Crítica

As metas estabelecidas no Programa Temático 2056 – Política Espacial e programadas para 2012, não foram cumpridas em sua totalidade em decorrência dos obstáculos indicados no item 2.2 deste relatório, que trata dos fatores de risco para o cumprimento dos objetivos estratégicos do programa.

No conjunto dessas restrições destaca-se, sobretudo, a de natureza orçamentária e financeira, caracterizada principalmente pela insuficiência de dotações, associada a questões como contingenciamentos orçamentários e financeiros e liberação tardia de recursos. Esta restrição, que persiste por muitos anos, continua provocando novos e contínuos atrasos na execução dos projetos, e, conseqüentemente, do programa, dificultando o alcance dos resultados esperados.

Às restrições orçamentárias somam-se dificuldades crônicas das organizações executoras, tais como a carência de pessoal técnico e administrativo para cuidar das várias frentes de trabalho

do Programa, assim como as dificuldades de natureza legal para a contratação de bens, serviços e mão de obra complementar, que não apenas persistem mas vêm se aprofundando nos últimos anos.

Como principais impactos destas restrições, cumpre citar a necessidade de reprogramação da meta relacionada ao voo tecnológico XVT-01 (VSISNAV), previsto para 2012, passando para o início de 2014. Esta reprogramação, por sua vez, trouxe também alterações na programação do voo de qualificação XVT-02 e do voo tecnológico VLS-01 V04, tendo em vista o longo prazo requerido para o fornecimento de equipamentos e componentes necessários à realização desses voos. Contribuíram também para esses fatos, em menor escala, as restrições de pessoal – que limitaram a capacidade operacional no desenvolvimento dos projetos, bem como as restrições de natureza legal/jurídica, que levaram à postergação da assinatura de diversos contratos pelo IAE. Como consequência, acumulam-se atrasos na capacitação e domínio das tecnologias para o acesso ao espaço.

Da mesma forma, outros importantes projetos, de caráter estratégico, associados à implantação da infraestrutura geral do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do sítio de lançamento do Cyclone-4 vêm sofrendo também constantes atrasos. A insuficiência de recursos, que tem persistido desde 2007, após a constituição da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) por força do Tratado Brasil-Ucrânia assinado em 2003, tem levado a constantes reprogramações e revisões dos projetos de obras civis e instalação de equipamentos, fazendo com que o voo de qualificação do Cyclone-4, previsto para 2013, passasse para fins de 2014. A lentidão dos órgãos ambientais na concessão das necessárias licenças ambientais bem como a complexidade tecnológica dos projetos contribuiu também para os atrasos verificados. Como consequência, esses fatos acarretarão em mais atrasos no ingresso do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites.

Outra importante meta não completada foi o lançamento do satélite CBERS-3, previsto para 2012, mas que, por problemas de natureza técnica, foi reprogramado para 2013, devido à necessidade de novos ensaios e testes para garantir a sua qualificação para voo.

As restrições relatadas, aliadas a dificuldades de natureza técnica, também têm acarretado atrasos no desenvolvimento do satélite Amazonia-1, cujo lançamento foi reprogramado para 2015.

No conjunto das metas estabelecidas para 2012, foram evidenciadas algumas metas de pequeno porte que superaram na sua execução, mas não de forma significativa que mereçam destaques específicos.

Quanto aos restos a pagar, trata-se de instrumento contábil amplamente amparado na legislação que trata da execução orçamentária e financeira. No caso de projetos de longo prazo, os restos a pagar são considerados inevitáveis, principalmente os restos a pagar não processados. As contratações, na sua grande maioria, são de desenvolvimento de novos produtos, que requerem longo tempo para serem completados e efetivamente pagos. Então, os restos a pagar não processados vinculados a certificação de novos produtos podem ultrapassar um ou mais exercícios financeiros.

A UJ está imbuída em diminuir essa inscrição, mas, ante o decorrido, embora ele comprometa a disponibilidade financeira do exercício, não podemos desconsiderar a sua importância para os gestores.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro a.4.2 – Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0397					
Descrição	Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.					
Programa	Política Espacial					
Órgão Responsável	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
60.053.938,00	60.053.938,00	47.900.845,88	32.001.268,60	530.312,98	15.899.577,28	31.470.955,62
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Certificar o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e o Sítio do Cyclone-4 para Operação até 2012	% acumulado da execução física	100	40	N/A	N/A
2	Certificar o foguete ucraniano Cyclone-4 até 2012	% acumulado da execução física	100	5	N/A	N/A
3	Lançar 40 foguetes suborbitais e de treinamento (até 2015)	unidade	10	28	N/A	N/A
4	Ter empresa nacional certificada para produção do foguete suborbital VSB-30 (até 2015)	% acumulado da execução física	40	30	N/A	N/A
5	Tornar a Usina de Propelentes Cel. Abner capaz de atender às necessidades de suprimento de propelentes sólidos do veículo lançador VLM-1 (até 2015)	% acumulado da execução física	25	5	N/A	N/A
6	Voo de qualificação do VLM-1 realizado até 2015	% acumulado da execução física	20	5	N/A	N/A
7	Voo de qualificação do VLS-01 V04 realizado até 2013	% acumulado da execução física	30	23	N/A	N/A
8	Voo tecnológico XVT-01 (VSISNAV) realizado até 2012	% acumulado da execução física	100	70	N/A	N/A
9	Voo tecnológico XVT-02 realizado até 2013	% acumulado da execução física	60	45	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação do Objetivo							
Código	0398						
Descrição	Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).						
Programa	Política Espacial						
Órgão Responsável	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação						
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
197.011.455,00	197.577.940,00	196.986.295,19	109.287.934,23	490,00	87.698.360,96	109.287.444,23	
Metas do Exercício							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	Realizada	
			Prevista	Realizada	Prevista		
1	Infraestrutura básica e urbanização do sítio implantada até 2012	% acumulado da execução física	100	20	N/A	N/A	
2	Infraestrutura de redes e sistemas implantada até 2012	% acumulado da execução física	100	20	N/A	N/A	
3	Iniciar as operações comerciais de lançamento de satélites pela ACS em 2014	Meta não quantificável					
4	Interfaces de sistemas do sítio do Cyclone 4 com o do CLA implantadas até 2012	% acumulado da execução física	100	10	N/A	N/A	
5	Posto de Comando (casamata) concluído até 2012	% acumulado da execução física	100	0	N/A	N/A	
6	Prédio de armazenamento temporário de propelente concluído até 2012	% acumulado da execução física	100	10	N/A	N/A	
7	Realizar vôo de qualificação do foguete Cyclone-4 até 2013	% acumulado da execução física	60	10	N/A	N/A	
8	Sítio do Cyclone 4 implantado até 2012	% acumulado da execução física	100	40	N/A	N/A	

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação do Objetivo						
Código	0399					
Descrição	Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.					
Programa	Política Espacial					
Órgão Responsável	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.562.000,00	3.562.000,00	2.696.651,00	1.187.895,39	0,00	1.508.755,61	1.187.895,39
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	R e a l i z a d a
			Prevista	Realizada	Prevista	
1	Capacitar 100 especialistas nas áreas de interesse do programa (até 2015)	unidade	25	80	N/A	N / A
2	Realizar 4 eventos relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais (anualmente)	unidade	4	8	N/A	N / A
3	Treinar 1000 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas áreas de interesse do programa (até 2015)	unidade	250	266	N/A	N / A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação do Objetivo						
Código	0555					
Descrição	Desenvolver e ampliar o conhecimento das tecnologias críticas para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais.					
Programa	Política Espacial					
Órgão Responsável	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
25.000.000,00	25.000.000,00	16.815.024,44	13.614.364,98	0,00	3.200.659,46	13.614.364,98
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	R e a l i z a d a
			Prevista	Realizada	Prevista	
1	Catalisador de hidrazina qualificado em voo do satélite Amazonia-1	Meta não quantificável			N/A	N / A
2	Desenvolver modelo de engenharia do motor a propelente líquido de 75kN de empuxo (Motor L75) (até 2015)	% acumulado da execução física	25	8	N/A	N / A
3	Dissipadores de calor para uso espacial à base de fios de alta condutividade revestidos de diamante (CVD) qualificados (até 2015)	% acumulado da execução física	25	10	N/A	N / A
4	Iniciar o desenvolvimento de estágio líquido do VLS-Alfa (até 2015)	% acumulado da execução física	5	3	N/A	N / A
5	Lançar dois microssatélites (até 2015)	% acumulado da execução física	25	35	N/A	N / A
6	Lançar o satélite de reentrada atmosférica (SARA suborbital - Fase de desenvolvimento)	% acumulado da execução física	50	50	N/A	N / A
7	Lançar quatro picosatélites	% acumulado da execução física	40	40	N/A	N / A
8	Lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no Satélite Amazonia-1 e tecnologia transferida para a indústria	% acumulado da execução física	100	100	N/A	N / A
9	Microgiroscópio de silício para uso espacial operacional e caracterizado até 2014	Meta não quantificável			N/A	N / A
10	Motor iônico qualificado	Meta não quantificável			N/A	N / A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação do Objetivo						
Código	0702					
Descrição	Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.					
Programa	Política Espacial					
Órgão Responsável	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
136.654.598,00	136.654.598,00	91.780.225,04	59.350.788,67	1.151.222,90	32.429.436,37	58.199.565,77
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	Realizada
			Prevista	Realizada	Prevista	
1	Contratar o desenvolvimento do primeiro satélite do Sistema Geostacionario Brasileiro (SGB)	Meta não quantificável			N/A	
2	Contratar o desenvolvimento, pela indústria nacional, de um satélite radar	Meta não quantificável			N/A	
3	Implantar o sistema de monitoramento de clima espacial até 2013	% acumulado da execução física	90	90	N/A	
4	Lançar quatro satélites (até 2015)	unidade	1	0	N/A	
5	Tornar o Laboratório de Integração e Testes (LIT) capaz de realizar testes de satélites	Meta não quantificável			N/A	

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

A análise da execução do conjunto dos objetivos fixados no PPA de responsabilidade da UJ vinculadas ao programa temático Política Espacial está contida na análise constante do item 4.1.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro a.4.3 – Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	016C						
Descrição	Adequação da infraestrutura do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) para atendimento aos projetos de veículos lançadores e veículos suborbitais nacionais						
Objetivo	0397 -Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.						
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
27.396.408,00	27.396.408,00	19.422.493,91	12.197.671,59	269.675,64	7.224.822,32	11.927.995,95	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa							
Código	016E						
Descrição	Desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores nacionais						
Objetivo	0397 -Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.						
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
25.557.530,00	25.557.530,00	25.404.100,78	18.536.575,74	260.101,54	6.867.525,04	18.276.474,20	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa							
Código	016G						
Descrição	Desenvolvimento, lançamento e industrialização de foguetes suborbitais						
Objetivo	0397 -Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.						
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3.500.000,00	3.500.000,00	995.605,36	962.934,43	0,00	32.670,93	962.934,43	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa						
Código	016J					
Descrição	Produção de normas e certificação de conformidade e de segurança de bens e serviços comerciais do setor espacial					
Objetivo	0397 -Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.					
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.600.000,00	3.600.000,00	2.078.645,83	304.086,84	535,80	1.774.558,99	303.551,04
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa						
Código	016L					
Descrição	Exploração dos serviços comerciais de lançamento pela Alcântara Cyclone Space (ACS) a partir de Alcântara					
Objetivo	0398 - Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).					
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
85.000.000,00	85.000.000,00	85.000.000,00	85.000.000,00	0,00	0,00	85.000.000,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa						
Código	016O					
Descrição	Implantação do Complexo Espacial de Alcântara (CEA)					
Objetivo	0398 - Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).					
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
112.011.455,00	112.577.940,00	111.986.295,19	24.287.934,23	490,00	87.698.360,96	24.287.444,23
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa						
Código	016R					
Descrição	Atração, formação e capacitação de pessoal para o setor espacial, contribuindo para a sua popularização					
Objetivo	0399 - Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.					
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.562.000,00	3.562.000,00	2.696.651,00	1.187.895,39	0,00	1.508.755,61	1.187.895,39
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa						
Código	016T					
Descrição	Instalação de Observatório Tecnológico sobre propriedade intelectual de interesse do programa					
Objetivo	0399 - Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.					
Órgão ou Unidade Responsável	Instituto Nacional da Propriedade Industrial					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa						
Código	024Q					
Descrição	Desenvolvimento e utilização de plataformas orbitais e suborbitais de baixo custo para provas de conceito tecnológicos e experimentos científicos					
Objetivo	0555 - Desenvolver e ampliar o conhecimento das tecnologias críticas para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais.					
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.000.000,00	10.000.000,00	6.923.104,13	6.923.104,10	0,00	0,00	6.923.104,13
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa						
Código	024S					
Descrição	Levantamento e prospecção de informações tecnológicas em apoio às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação do programa e proteção dos direitos de propriedade intelectual decorrentes dessas atividades					
Objetivo	0555 - Desenvolver e ampliar o conhecimento das tecnologias críticas para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais.					
Órgão ou Unidade Responsável	Instituto Nacional da Propriedade Industrial					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa						
Código	024U					
Descrição	Realizar e fomentar pesquisas para o desenvolvimento e aplicação das tecnologias de caráter estratégico para os sistemas espaciais de interesse nacional					
Objetivo	0555 - Desenvolver e ampliar o conhecimento das tecnologias críticas para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais.					
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.000.000,00	15.000.000,00	9.891.920,31	6.691.260,85	0,00	3.200.659,46	6.691.260,85
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa						
Código	02NA					
Descrição	Atualização e expansão da capacidade e das instalações para integração e testes de satélites, rastreamento e controle de satélites, recepção, armazenamento e disseminação de dados					
Objetivo	0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.					
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
17.245.000,00	17.245.000,00	11.423.961,31	7.321.719,17	469.838,78	4.102.242,14	6.851.880,39
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa							
Código	02NB						
Descrição	Concepção e análise de viabilidade de novas missões espaciais						
Objetivo	0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.						
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
4.000.000,00	4.000.000,00	2.019.738,52	1.079.523,25	0,00	940.215,27	1.079.523,25	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa							
Código	02NC						
Descrição	Desenvolvimento de instrumentação científica, pesquisa básica e tecnologia para clima espacial e ciências espaciais						
Objetivo	0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.						
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
11.700.000,00	11.700.000,00	8.564.989,82	3.416.608,12	0,00	5.148.381,70	3.416.608,12	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa							
Código	02ND						
Descrição	Desenvolvimento de Satélite de Medida de Precipitação						
Objetivo	0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.						
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa							
Código	02NE						
Descrição	Desenvolvimento de Satélite Radar						
Objetivo	0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.						
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa							
Código	02NG						
Descrição	Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1						
Objetivo	0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.						
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
36.485.500,00	40.485.500,00	29.362.414,91	17.115.293,41	155.736,54	12.247.121,50	16.959.556,87	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa							
Código	02NH						
Descrição	Desenvolvimento do Satélite Lattes						
Objetivo	0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.						
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
6.000.000,00	6.000.000,00	5.998.695,09	3.624.028,09	83.409,62	2.374.667,00	3.540.618,47	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa							
Código	02NI						
Descrição	Desenvolvimento do Satélite Sabia-Mar						
Objetivo	0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.						
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa							
Código	02NM						
Descrição	Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-3						
Objetivo	0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.						
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3.000.000,00	3.000.000,00	2.425.728,02	2.385.728,02	47.176,60	40.000,00	2.338.551,42	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa							
Código	02NN						
Descrição	Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-4						
Objetivo	0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.						
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
56.624.098,00	52.624.098,00	31.384.697,37	24.007.888,61	395.061,36	7.376.808,76	23.612.827,25	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Iniciativa						
Código	02NJ					
Descrição	Desenvolvimento do Sistema Geoestacionário Brasileiro					
Objetivo	0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.					
Órgão ou Unidade Responsável	Agência Espacial Brasileira					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

A análise da execução do conjunto das iniciativas fixadas no PPA de responsabilidade da UJ vinculadas ao programa temático Política Espacial está contida na análise constante do item 4.1.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro a.4.4 – Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.2460					
Descrição	Funcionamento e Atualização da Infraestrutura de Apoio a Veículos Espaciais					
Iniciativa	016C - Adequação da infraestrutura do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) para atendimento aos projetos de veículos lançadores e veículos suborbitais nacionais					
Unidade Responsável	203001 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
24.684.408,00	24.684.408,00	16.714.374,23	10.313.952,97	140.943,75	6.400.421,26	10.173.009,22
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade mantida	unidade	3	3	24.684.408,00	16.714.374,23

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.52111.05.572.2056.4422					
Descrição	Funcionamento do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno					
Iniciativa	016C - Adequação da infraestrutura do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) para atendimento aos projetos de veículos lançadores e veículos suborbitais nacionais					
Unidade Responsável	120013 - Centro de Lançamento De Alcântara					
Unidade Orçamentária	52111 - Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
912.000,00	912.000,00	910.147,02	630.753,32	73.169,34	279.393,70	557.583,98
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Centro mantido	unidade	-	-	912.000,00	910.147,02

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.52111.05.572.2056.4424					
Descrição	Funcionamento do Centro de Lançamento de Alcântara					
Iniciativa	016C - Adequação da infraestrutura do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) para atendimento aos projetos de veículos lançadores e veículos suborbitais nacionais					
Unidade Responsável	120015 - Centro de Lançamento da Barreira do Inferno					
Unidade Orçamentária	52111 - Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.800.000,00	1.800.000,00	1.797.972,66	1.252.965,30	55.562,55	545.007,36	1.197.402,75
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Centro mantido	unidade	-	-	1.800.000,00	1.797.972,66

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.6239					
Descrição	Desenvolvimento de Veículos Lançadores De Satélites					
Iniciativa	016E - Desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores nacionais					
Unidade Responsável	203001 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
25.557.530,00	25.557.530,00	25.404.100,78	18.536.575,74	260.101,54	6.867.525,04	18.276.474,20
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Tecnologia desenvolvida	unidade	1	1	25.557.530,00	25.404.100,78

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.571.2056.6240					
Descrição	Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes Suborbitais					
Iniciativa	016G - Desenvolvimento, lançamento e industrialização de foguetes suborbitais					
Unidade Responsável	203001 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.500.000	3.500.000	995.605,36	962.934,43	0,00	32.670,93	962.934,43
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Foguete lançado	unidade	12	12	3.500.000	995.605,36

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.665.2056.1C68					
Descrição	Implantação do Sistema de Metrologia, Normalização e Certificação para a Área Espacial					
Iniciativa	016J - Produção de normas e certificação de conformidade e de segurança de bens e serviços comerciais do setor espacial					
Unidade Responsável	203001 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.600.000,00	3.600.000,00	2.072.982,00	304.086,84	535,80	1.774.558,99	303.551,04
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	% de execução física	14	6	3.600.000,00	2.072.982,00

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24101.19.572.2056.0B18					
Descrição	Participação da União no Capital - Alcântara Cyclone Space - ACS					
Iniciativa	016L - Exploração dos serviços comerciais de lançamento pela Alcântara Cyclone Space (ACS) a partir de Alcântara					
Unidade Responsável	240134 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA					
Unidade Orçamentária	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
85.000.000,00	85.000.000,00	85.000.000,00	85.000.000,00	0,00	0,00	85.000.000
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	-	-	-	-	85.000.000,00	85.000.000,00

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.7F40					
Descrição	Implantação do Complexo Espacial de Alcântara - CEA					
Iniciativa	016O - Implantação do Complexo Espacial de Alcântara (CEA)					
Unidade Responsável	203001 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
112.011.455,00	140.577.940,00	111.986.295,19	24.287.934,23	490,00	87.698.360,96	24.287.444,23
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Infraestrutura implantada	% de execução física	12	12	112.011.455,00	111.986.295,19

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.128.2056.20CB					
Descrição	Desenvolvimento de Competências e Capital Humano para o Setor Espacial					
Iniciativa	016R - Atração, formação e capacitação de pessoal para o setor espacial, contribuindo para a sua popularização					
Unidade Responsável	203001 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.000.000,00	3.000.000,00	2.523.985,70	1.097.500,00	0,00	1.426.485,70	1.097.500,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa capacitada	unidade	250	250	3.000.000,00	2.523.985,70

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.52911.05.128.2056.2595					
Descrição	Capacitação de Especialistas do Setor Espacial					
Iniciativa	016R - Atração, formação e capacitação de pessoal para o setor espacial, contribuindo para a sua popularização					
Unidade Responsável	120001 - Comando da Aeronáutica					
Unidade Orçamentária	52911 - Fundo Aeronáutico					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
562.000,00	562.000,00	172.665,30	90.395,39	0,00	82.269,91	90.395,39
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor treinado	unidade	-	-	562.000,00	172.665,30

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.4933					
Descrição	Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Críticas para o Setor Espacial					
Iniciativa	024Q - Desenvolvimento e utilização de plataformas orbitais e suborbitais de baixo custo para provas de conceito tecnológicos e experimentos científicos					
Unidade Responsável	203001 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.000.000,00	5.000.000,00	3.200.000,00	3.200.000,00	0,00	0,00	3.200.000,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto apoiado	unidade	20	2	5.000.000,00	3.200.000,00

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.4934					
Descrição	Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Críticas para o Setor Espacial					
Iniciativa	024Q - Desenvolvimento e utilização de plataformas orbitais e suborbitais de baixo custo para provas de conceito tecnológicos e experimentos científicos					
Unidade Responsável	203001 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.000.000,00	5.000.000,00	3.723.104,13	3.723.104,13	0,00	0,00	3.723.104,13
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Satélite lançado	unidade	1	0	5.000.000,00	3.723.104,13

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.4959					
Descrição	Desenvolvimento de Produtos e Processos para Componentes e Subsistemas de Satélites					
Iniciativa	024U - Realizar e fomentar pesquisas para o desenvolvimento e aplicação das tecnologias de caráter estratégico para os sistemas espaciais de interesse nacional					
Unidade Responsável	240106 - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.000.000,00	5.000.000,00	3.068.763,56	1.993.028,15	0,00	1.075.735,41	1.993.028,15
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Tecnologia desenvolvida	unidade	3	4	5.000.000,00	3.068.763,56

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.6704					
Descrição	Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias Associadas a Veículos Espaciais					
Iniciativa	024U - Realizar e fomentar pesquisas para o desenvolvimento e aplicação das tecnologias de caráter estratégico para os sistemas espaciais de interesse nacional					
Unidade Responsável	203001 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.000.000,00	10.000.000,00	6.823.156,75	4.698.232,70	0,00	2.124.924,05	4.698.232,70
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Tecnologia desenvolvida	unidade	13	13	10.000.000,00	6.823.156,75

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.2253					
Descrição	Funcionamento e Atualização do Laboratório de Integração e Testes					
Iniciativa	02NA - Atualização e expansão da capacidade e das instalações para integração e testes de satélites, rastreamento e controle de satélites, recepção, armazenamento e disseminação de dados					
Unidade Responsável	240106 - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.500.000,00	3.500.000,00	1.952.099,98	1.457.976,90	0,00	494.123,08	1.457.976,90
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Infraestrutura mantida	unidade	1	1	3.500.000,00	1.952.099,98

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.4195					
Descrição	Controle de Satélites, Recepção, Geração, Armazenamento e Distribuição de Dados					
Iniciativa	02NA - Atualização e expansão da capacidade e das instalações para integração e testes de satélites, rastreamento e controle de satélites, recepção, armazenamento e disseminação de dados					
Unidade Responsável	240106 - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.200.000,00	11.200.000,00	8.482.809,22	5.076.169,92	469.838,78	3.406.639,30	4.606.331,14
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Informação disponibilizada	unidade	50.000	37.259	11.200.000,00	8.482.809,22

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.4958					
Descrição	Pesquisa, Aplicações e Desenvolvimento Tecnológico com Dados de Satélites de Observação da Terra					
Iniciativa	02NA - Atualização e expansão da capacidade e das instalações para integração e testes de satélites, rastreamento e controle de satélites, recepção, armazenamento e disseminação de dados					
Unidade Responsável	240106 - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.545.000,00	2.545.000,00	989.052,11	787.572,35	0,00	201.479,76	787.572,35
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Tecnologia desenvolvida	unidade	3	6	2.545.000,00	989.052,11

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.2010					
Descrição	Concepção e Análise de Viabilidade de Novas Missões Espaciais					
Iniciativa	02NB - Concepção e análise de viabilidade de novas missões espaciais					
Unidade Responsável	240106 - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.000.000,00	4.000.000,00	2.019.738,52	1.079.523,25	0,00	940.215,27	1.079.523,25
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Análise elaborada	unidade	2	2	4.000.000,00	2.019.738,52

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24101.19.571.2056.10GK					
Descrição	Implantação de Infraestrutura para o Sistema Científico Brasileiro de Previsão do Clima Espacial					
Iniciativa	02NC - Desenvolvimento de instrumentação científica, pesquisa básica e tecnologia para clima espacial e ciências espaciais					
Unidade Responsável	240106 - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Unidade Orçamentária	24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.500.000,00	6.500.000,00	5.918.167,24	1.837.971,56	0,00	4.080.195,68	1.837.971,56
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Infraestrutura implantada	% de execução física	24	20	6.500.000,00	5.918.167,24

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.2011					
Descrição	Pesquisa e Desenvolvimento no Sistema Científico Brasileiro de Previsão do Clima Espacial					
Iniciativa	02NC - Desenvolvimento de instrumentação científica, pesquisa básica e tecnologia para clima espacial e ciências espaciais					
Unidade Responsável	240106 - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
200.000,00	200.000,00	85.630,00	0,00	0,00	85.630,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento emitido	unidade	120	120	200.000,00	85.630,00

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.4183					
Descrição	Pesquisa e Desenvolvimento em Aeronomia, Astrofísica Instrumental e Geofísica Espacial					
Iniciativa	02NC - Desenvolvimento de instrumentação científica, pesquisa básica e tecnologia para clima espacial e ciências espaciais					
Unidade Responsável	240106 - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.000.000,00	5.000.000,00	2.561.192,58	1.578.636,56	0,00	982.556,02	1.578.636,56
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pesquisa realizada	unidade	80	80	5.000.000,00	2.561.192,58

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.10ZH					
Descrição	Desenvolvimento do Satélite de Medida de Precipitação					
Iniciativa	02ND - Desenvolvimento de Satélite de Medida de Precipitação					
Unidade Responsável	240106 - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Satélite desenvolvido	% de execução física	1	1	200.000,00	200.000,00

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.10ZI					
Descrição	Desenvolvimento de Satélite Radar					
Iniciativa	02NE - Desenvolvimento de Satélite Radar					
Unidade Responsável	240106 - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Satélite lançado	% de execução física	1	1	200.000,00	200.000,00

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.10ZJ					
Descrição	Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1					
Iniciativa	02NG - Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1					
Unidade Responsável	240106 - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
36.485.500,00	40.485.500,00	29.362.414,91	17.115.293,41	155.736,54	12.247.121,50	16.959.556,87
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Satélite desenvolvido	% de execução física	6	5	36.485.500,00	29.362.414,91

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.10ZG					
Descrição	Desenvolvimento do Satélite Lattes					
Iniciativa	02NH - Desenvolvimento do Satélite Lattes					
Unidade Responsável	240106 - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.000.000,00	6.000.000,00	5.998.695,09	3.624.028,09	83.409,62	2.374.667,00	3.540.618,47
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Satélite lançado	% de execução física	6	6	6.000.000,00	5.998.695,09

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.13CO					
Descrição	Desenvolvimento do Satélite Sabia-Mar					
Iniciativa	02NI - Desenvolvimento do Satélite Sabia-Mar					
Unidade Responsável	240106 - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Satélite desenvolvido	% de execução física	1	1	200.000,00	200.000,00

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.10ZK					
Descrição	Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-3					
Iniciativa	02NM - Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro – Projeto CBERS-3					
Unidade Responsável	240106 - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.000.000,00	3.000.000,00	2.425.728,02	2.385.728,02	47.176,60	40.000,00	2.338.551,42
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Satélite desenvolvido	% de execução física	10	9	3.000.000,00	2.425.728,02

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.10ZL					
Descrição	Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-4					
Iniciativa	02NN - Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro – Projeto CBERS-4					
Unidade Responsável	240106 - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
56.624.098,00	52.624.098,00	31.384.697,37	24.007.888,61	395.061,36	7.376.808,76	23.612.827,25
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Satélite desenvolvido	% de execução física	28	20	56.624.098,00	31.384.697,37

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

Identificação da Ação						
Código	10.24205.19.572.2056.2B91					
Descrição	Desenvolvimento de Satélites de Comunicação e Meteorologia					
Iniciativa	02NJ - Desenvolvimento do Sistema Geoestacionário Brasileiro					
Unidade Responsável	203001 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Unidade Orçamentária	24205 - Agência Espacial Brasileira - AEB					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Modelo de satélite desenvolvido	unidade	1	0	1.000.000,00	0,00

FONTE: SIGABRASIL/SIAFI e DPEI/AEB

A análise da execução do conjunto das ações, de responsabilidade da UJ, vinculadas ao programa temático Política Espacial está contida na análise constante do item 4.1.

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa		19.122.2106.2000.0001				
Título		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
Órgão Responsável		Agência Espacial Brasileira - AEB				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
16.854.692,00	16.854.692,00	11.778.198,00	6.914.008,00	29.585,00	4.731.281,96	6.884.423,00
Fonte: SIAFI						

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Agência Espacial Brasileira - AEB	24205	203001

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	4.148.582,00	4.215.335,00			139.852.548,00	82.218.382,00
	PLOA	4.148.582,00	4.215.335,00			139.852.548,00	64.719.382,00
	LOA	4.148.582,00	4.215.335,00			138.047.947,00	112.419.382,00
CRÉDITOS	Suplementares	20.000,00	59.000,00				7.000,00
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados		(20.000,00)				(18.000.000,00)	(3.981.701,00)
Outras Operações							
Total		4.148.582,00	4.274.335,00			399.753.043,00	108.444.681,00

Fonte: Arquivo pessoal e SIAFI

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital							Valores R\$ 1,00	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	178.584.154,00	208.270.000,00					
	PLOA	178.584.154,00	205.770.000,00					
	LOA	206.584.154,00	158.070.000,00					
CRÉDITOS	Suplementares	22.000.000,00						
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos	58.754.874,00					
		Reabertos						
Créditos Cancelados	(4.000.000,00)	(10.989.000,00)						
Outras Operações								
Total		283.339.028,00	147.081.000,00					

Fonte: Arquivo pessoal e SIAFI

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência							Valores R\$ 1,00	
Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	144.001.130,00	86.434.717,00	178.584.154,00	208.270.000,00			
	PLOA	144.001.130,00	68.934.717,00	178.584.154,00	205.770.000,00			
	LOA	142.196.529,00	116.634.717,00	206.584.154,00	158.070.000,00			
CRÉDITOS	Suplementares	20.000,00	66.000,00	22.000.000,00				
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos			58.754.874,00			
		Reabertos						
Créditos Cancelados	(18.020.000,00)	(3.981.701,00)	(4.000.000,00)	(10.989.000,00)				
Outras Operações								
Total		412.198.789,00	112.719.016,00	640.507.336,00	147.081.000,00			

Fonte: Arquivo pessoal e SIAFI

4.2.2.4 Análise Crítica

O Poder Executivo tem o Plano Plurianual – PPA que estabelece uma estimativa de despesas para os diversos órgãos federais num determinado período. No entanto, anualmente a Secretaria de Orçamento Federal – SOF estabelece os limites, distinto do que foi previsto naquele plano ou na PLOA.

Então, a dotação orçamentária proposta pela U.O. não espelha a real necessidade do Programa Espacial Brasileiro. Os dados propostos são impositivos, tendo por base o limite estabelecido pela própria SOF. Assim, a proposta é sempre inferior a demanda do Programa Nacional de Atividades Espaciais – PNAE.

Posteriormente, é publicado o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira que estabelece limites sempre inferiores ao autorizado pela LOA, prejudicando os planejamentos iniciais e retardando a execução de inúmeras ações. A constante redução imposta pelos normativos legais requer uma redefinição de prioridades; o que era uma perspectiva com o PLOA, agora se torna incerto com as inúmeras alterações sofridas, tendo por base sempre a redução dos valores.

Outro problema que atrapalha o planejamento e já vem ocorrendo há vários exercícios, é quando da necessidade de alterações orçamentárias, com oferta de crédito para compensação, que permanece bloqueado não podendo ser executado. Somente no final do exercício é que os órgãos ficam sabendo que tais remanejamentos não serão contemplados e a demanda criada para utilização do mesmo já não tem mais tempo de ser replanejada, acarretando dificuldades de continuidade de muitos projetos.

A AEB tem parcela significativa do seu orçamento executada por órgãos externos (INPE, IAE, CLA e CLBI) por meio de Termos de Cooperação e Descentralização de Créditos – TCDC. Esses termos requerem um tempo para acerto entre as partes envolvidas e que, por vezes, não acontecem ou quando acontecem, não são contemplados com limite suficiente. A indefinição sobre qual valor se amparar: PPA, PLOA, Limite SOF, LOA, Decreto de Programação e, por fim, o Limite Orçamentário Autorizado pelas setoriais penalizam qualquer planejamento pró-ativo.

Por fim, o efeito cascata dessas indefinições prejudica sobremaneira a condução de qualquer política pública.

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes				
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes		
Movimentação Interna	Concedidos								
	Recebidos								
Movimentação Externa	Concedidos	203001	120013	24205.19.572.2056.2460			7.791.766,83		
		203001	120015	24205.19.572.2056.2460			2.670.047,25		
		203001	120016	24205.19.571.2056.6240			1.018.785,30		
		203001	120016	24205.19.572.2056.2460			3.805.128,99		
		203001	120016	24205.19.572.2056.6239			8.381.500,00		
		203001	120016	24205.19.572.2056.6704			126.591,35		
		203001	120016	24205.19.665.2056.1C68			221.569,67		
		203001	154040	24205.19.128.2056.20CB			100.000,00		
		203001	154041	24205.19.122.2106.2000			80.172,00		
		203001	240101	24205.19.122.2106.2000			1.708.879,12		
		203001	240106	24205.19.122.2106.2000			149.973,34		
		203001	240106	24205.19.572.2056.10ZG			500.000,00		
		203001	240106	24205.19.572.2056.10ZI			200.000,00		
		203001	240106	24205.19.572.2056.10ZJ			7.615.095,74		
		203001	240106	24205.19.572.2056.10ZK			2.489.638,63		
		203001	240106	24205.19.572.2056.10ZL			16.631.280,50		
		203001	240106	24205.19.572.2056.13CO			200.000,00		
		203001	240106	24205.19.572.2056.20I0			2.012.242,92		
		203001	240106	24205.19.572.2056.20I1			85.630,00		
		203001	240106	24205.19.572.2056.2253			1.388.303,14		
		203001	240106	24205.19.572.2056.4183			2.027.392,56		
		203001	240106	24205.19.572.2056.4195			4.344.218,76		
		203001	240106	24205.19.572.2056.4934			326.750,00		
		203001	240106	24205.19.572.2056.4958			466.900,00		
		203001	240106	24205.19.572.2056.4959			2.946.823,73		
		203001	240106	24205.19.665.2056.1C68			88.539,87		
		203001	364102	24205.19.128.2056.20CB			1.423.985,70		
		203001	364102	24205.19.665.2056.1C68			40.000,00		
		203001	443003	24205.19.122.2106.2000			127.244,30		
			Recebidos						
		Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
				Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos								
	Recebidos								
Movimentação Externa	Concedidos	203001	120013	24205.19.572.2056.2460	875.577,95				
		203001	120013	24205.19.572.2056.7F40	26.326.328,72				
		203001	120015	24205.19.572.2056.2460	1.196.755,79				
		203001	120016	24205.19.572.2056.2460	1.262.946,46				
		203001	120016	24205.19.572.2056.6704	414.079,51				
		203001	120016	24205.19.665.2056.1C68	1.208.306,10				
		203001	240106	24205.19.572.2056.10ZG	3.274.028,09				
		203001	240106	24205.19.572.2056.10ZJ	21.815.650,00				
		203001	240106	24205.19.572.2056.10ZL	13.466.667,00				
		203001	240106	24205.19.572.2056.20I0	201.299,00				
		203001	240106	24205.19.572.2056.2253	593.029,45				
		203001	240106	24205.19.572.2056.4183	642.142,82				
		203001	240106	24205.19.572.2056.4195	4.397.708,75				
		203001	240106	24205.19.572.2056.4958	1.047.767,00				
		203001	240106	24205.19.572.2056.4959	1.220.573,15				
		203001	240106	24205.19.665.2056.1C68	803.912,83				
			Recebidos						

Fonte: SIAFI e Arquivo Pessoal

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	37.701.337,31	23.323.805,46	1.511.085,36	3.439.101,63
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência		19.884.703,83	-	
d) Pregão	1.540.670,30	3.439.101,63	1.511.085,36	3.439.101,63
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Não se aplica	36.160.667,01	12.417.085,93	36.160.667,01	7.946.080,22
2. Contratações Diretas (g+h)	20.255.689,00	24.512.147,14	20.255.689,00	19.623.717,37
g) Dispensa	18.733.566,72	24.356.311,05	18.733.566,72	19.467.881,28
h) Inexigibilidade	1.522.122,28	155.836,09	1.522.122,28	155.836,09
3. Regime de Execução Especial	5.136,46	5.845,17	5.136,46	5.845,17
i) Suprimento de Fundos	5.136,46	5.845,17	5.136,46	5.845,17
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	4.386.963,17	4.471.005,71	4.386.963,17	4.471.005,71
j) Pagamento em Folha	4.159.978,10	4.270.563,98	4.159.978,10	4.270.563,98
k) Diárias	226.985,07	200.441,73	226.985,07	200.441,73
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	62.349.125,94	52.312.803,48	26.158.873,99	27.539.669,88

Fonte: SIAFI e SIAFI GERENCIAL

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários Valores em R\$ 1,00

DESpesas CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
01-Aposent.RPP.Reser.remuner. E	82.313,19	79.571,25	82.313,19	79.571,25			82.313,19	79.571,25
03-Pensões, exclusi ve do RGPS	37.203,24	35.854,06	37.203,24	35.854,06			37.203,24	35.854,06
11-Vencimentos e Vantagens Fixas	2.965.875,19	3.006.402,37	2.965.875,19	3.006.402,37			2.965.875,19	3.006.402,37
13-Obrigações Patronais	435.479,51	429.472,33	435.479,51	429.472,33			435.479,51	429.472,33
16-Outras despesas variáveis	78.817,65	85.840,08	78.817,65	85.840,08			78.817,65	85.840,08
96-Ressarc.de despesas de pessoal	180.195,96	295.048,75	180.195,96	295.048,75			180.195,96	295.048,75
92-despesas de exerci cios anteriores		4.953,02		4.953,02				4.953,02
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
08-outros benefícios assistenciais	6.621,50	7.975,25	6.621,50	7.975,25			6.621,50	7.975,25
14-diárias civil	205.252,57	187.673,13	205.252,57	187.673,13			205.252,57	187.673,13
15-diárias militar no país e exterior	21.732,50	14.880,80	21.732,50	14.880,80			21.732,50	14.880,80
30-material de consumo	50.690,03	80.781,42	50.150,03	80.781,42	540,00		50.150,03	80.781,42
33-passagens e despesas com locomoção	885.842,69	238.601,97	776.688,87	238.601,97	109.153,82	4.241,39	776.688,87	234.360,38
35-serviços de consultoria	140.880,00	155.280,00	140.880,00	155.280,00			140.880,00	155.280,00
36-outros serviços de terceiros-pessoa física	142.916,89	118.174,46	142.916,89	118.174,46			142.916,89	118.174,46
37-locação de mão de obra	1.365.223,78	1.279.432,29	1.346.261,54	1.279.432,39	18.962,24	13.940,88	1.316.676,60	1.265.491,51
39-outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	1.715.240,21	16.083.177,56	1.335.877,07	16.083.177,56	379.363,14	13.269.550,46	1.335.877,07	2.813.627,10
41-contribuição a fundo	22.031.868,46	3.264.370,00	22.031.868,46	3.264.370,00			22.031.868,46	3.264.370,00
46-auxílio alimentação	174.855,25	176.596,41	174.855,25	176.596,41			174.855,25	176.596,41
49-auxílio transporte	19.726,82	21.370,80	19.726,82	21.370,80			19.726,82	21.370,80
92-despesas de exerci cios anteriores	10.831,50	2.961,47	10.831,50	2.961,47			10.831,50	2.961,47
93-indenizações e restituições	287.320,37	345.581,52	287.320,37	345.581,52			287.320,37	345.581,52
3391.00.00-despesas de gov. para gov.		13.631,09		13.631,09		5.954,47		7.676,62
DESpesas DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								
39-outros serviços de terceiros pessoa jurídica	31.469.532,38	15.484.917,78	11.370.100,82	15.484.917,78	20.099.431,56	13.981.824,74	11.370.100,82	1.503.093,04
41-contribuições - fundo a fundo	3.649.584,88	8.146.697,65	3.649.584,88	8.146.697,65		1.219.557,74	3.649.584,88	6.927.139,91
42-auxílios - fundo a fundo	7.084.073,89		7.084.073,89				7.084.073,89	
51-obras e instalações - op.int.orc.	61.740.604,33	14.659.106,05	9.808.230,14	14.659.106,05	51.932.374,19	1.610.615,60	9.808.230,14	13.048.490,45
52-equip.e material permanente - op. Int.orc.	106.268,10	550.537,80	106.268,10	550.537,80		430.234,00	106.268,10	90.303,80
5. Inversões Financeiras								

Fonte: SIAFI e SIAFI GERENCIAL

4.2.4.2.3 Análise Crítica

No presente exercício houve o que sempre ocorreu nos exercícios anteriores, grandes alterações desde o PPA até a edição do decreto de programação orçamentária e financeira do Governo Federal e, por fim, com o Limite Orçamentário Autorizado pela setorial do MCTI, conforme discorrido no subitem 4.2.2.4 do presente relatório.

Com relação a parte orçamentária, a AEB recebeu uma dotação de R\$ 344,6 milhões. O limite para empenho e movimentação inicial autorizado foi de R\$ 257,8 milhões, o que representou 75,07% da dotação. No final do exercício houve uma expansão desse limite e a programação passou para R\$ 283,6 milhões, o que representou 82,32% da dotação. Essa expansão no final do exercício não prejudicou a execução, uma vez que o órgão conseguiu executar quase 100% em várias ações. O contingenciamento foi internalizado já no início do exercício, então, embora bem abaixo da dotação, a programação restringiu a execução de algumas ações. Talvez o resultado dessa programação restritiva venha a ser verificada ao término de vigência do PPA vigente.

No quesito financeiro, a AEB recebeu uma programação de R\$ 269,2 milhões, sendo: R\$ 102,0 milhões para pagamento de despesas do exercício e R\$ 167,1 milhões para pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores. Ao observar uma dotação de R\$ 344,6 milhões e uma programação de R\$ 102,0 milhões, percebemos um descompasso significativo nessa divisão. O resultado será sempre restos a pagar alto do exercício. A AEB compreende as dificuldades macroeconômicas do governo federal e do País, e procura sempre aumentar o nível dessa programação junto a setorial do MCTI.

A lei de criação da AEB autoriza o órgão a executar e fazer executar a sua política. Seguindo estritamente o que preconiza a sua legislação, o órgão buscou executar de forma pró ativa o seu orçamento. O resultado começa a aparecer nos empenhos emitidos na própria AEB que neste exercício alcançou o patamar de R\$ 134,8 milhões. No exercício de 2011, a emissão direta de empenho chegou a R\$ 64,7 milhões. Houve um aumento de mais de 100% nessa emissão. No exercício a autarquia firmou vários convênios com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP para desenvolver os VLS, VLM e Motor L75. Vários contratos foram assinados tendo como objetivo a finalização do Satélite CBERS-3, Amazônia-1, Projeto SARA Suborbital, desenvolvimento e fabricação da PMM e etc.

Outro fator que explica a mudança na forma de executar o orçamento refere-se ao Tratado Brasil x Ucrânia, para o lançamento do foguete Cyclone-4. Esse tratado impõe uma série de responsabilidades para o Governo Brasileiro. Dentre essas responsabilidades estão: construção do aeródromo e do porto, remodelagem do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA, infraestrutura de solo, hotéis, usina de tratamento de resíduos sólidos, centro comunitário, etc. Todas essas obras são de responsabilidade da AEB e, são, na sua maioria, projetos de segurança nacional.

O orçamento autorizado para gestão e manutenção do MCTI sob a responsabilidade da AEB foi executado dentro do que determina o Manual Técnico de Orçamento – MTO. As despesas empenhadas foram para dar suporte à atividade finalística da autarquia, quais sejam: diárias, passagens aéreas, apoio administrativo, transportes de pessoal, condomínio, vigilância, copeiragem, etc.

Outras despesas com pessoal, suprimentos de fundos, material de expediente e demais serviços continuam dentro da normalidade da execução.

As metas físicas continuam dentro da normalidade, mesmo a autarquia recebendo um limite orçamentário abaixo da sua dotação. Conforme informado anteriormente, somente no final do PPA vigente é que poderemos ter uma noção mais clara sobre os impactos restritivos de uma programação orçamentária e financeira verificada ao longo do PPA.

Ao observar a trajetória traçada desde 2009, qual seja, executar de forma direta o orçamento, percebemos como resultado uma melhor governança do programa espacial, considerando que a cobrança pelos resultados passa a ser exercida diretamente pela AEB e não mais pelos executores do PNAE: INPE e DCTA.

5 Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	R\$ 24.051.671,95	R\$ 14.095.257,21	R\$ 9.956.414,74	R\$ 0,00
2010	R\$ 470.030,02		R\$ 0,00	R\$ 470.030,02
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	R\$ 29.244.139,31	(R\$ 52.242,32)	R\$ 9.417.292,15	R\$ 19.774.604,84
2010	R\$ 1.900.065,93		R\$ 1.835.615,46	R\$ 64.450,47

Fonte: SIAFI e SIAFI GERENCIAL 2012.

5.2.2 Análise Crítica

Verificamos uma homogeneidade no nível da inscrição dos restos a pagar processados e não processados até 2011. No presente exercício, a AEB inscreveu em RP não Processados o valor de R\$ 72,5 milhões. Esse aumento foi em virtude de diversas contratações: aeródromo do CLA, CBERS 3 e 4, Plataforma Multimissão – PMM e demais contratos de infraestrutura de radar e TI do CLA. No presente exercício, o saldo de R\$ 19,7 milhões que ainda não foi pago, refere-se ao exercício de 2011. Este saldo é do contrato da PMM que envolve serviços de desenvolvimento de tecnologia crítica para o programa espacial brasileiro.

Realmente o impacto dos RP's no cronograma financeiro do exercício é preocupante. Os RP's representaram 62,09% da programação do exercício, ou seja, de um valor programado de R\$ 269,2 milhões, R\$ 169,1 milhões foram para o pagamento de restos a pagar. A AEB tem tentado gestões para diminuir esse impacto. No entanto, devido as dificuldades macroeconômicas enfrentadas pelo governo, não conseguimos expandir a programação financeira junto a setorial do MCTI.

O orçamento da AEB refere-se a Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, por conseguinte, os contratos ou convênios firmados detêm essa característica. Então, embora haja um esforço para contratar e pagar no mesmo exercício, isso não vem ocorrendo como determina a anualidade orçamentária. Por tratar de P&D vários eventos contratados não são entregues dentro do prazo, uma vez que os testes para o aceite depende de tempo para a sua conclusão. Exemplo: o valor de R\$ 470,0 inscritos em 2006 somente foi aceito em 2012. Outro exemplo é sobre o contrato da PMM, vários eventos estão atrasados, mas não podemos efetuar o pagamento até o aceite final. Assim, embora não seja o ideal para a execução dessa despesa, não vislumbramos no curto prazo diminuí-la ou não permitir que esta ultrapasse mais que um exercício para o seu pagamento.

Não consta dos registros contábeis da UJ no SIAFI, nenhum RP sem que sua vigência tenha sido prorrogada por decreto. A AEB sempre procurou no início de cada exercício priorizar o pagamento dos restos a pagar. No exercício de 2012, o PNAE (CLA, IAE, CLBI, INPE e AEB) como um todo pagou 80% do RP inscritos em 2011. A gestão da AEB trabalha na tentativa de reduzir o RP, mas conforme discorrido anteriormente, por tratar de P&D, sempre teremos eventos contratos no exercício e, inevitavelmente, estendidos por mais de um exercício.

5.3 Transferências de Recursos

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência									
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB									
CNPJ: 86.900.545/0001-70					UG/GESTÃO: 203001/20402				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	517883	33.749.086/0002-90	30.000.000,00	0,00	0,00	30.000.000,00	31.12.2004	31.12.2013	1
1	574724	51.619.104/0001-10	8.950.000,00	295.000,00	2.000.000,00	6.950.000,00	05.12.2006	31.10.2016	1
1	574725	51.619.104/0001-10	5.221.766,79	145.000,00	1.200.000,00	3.918.363,67	05.12.2006	31.10.2016	1
1	704393	08.892.295/0001-60	15.904.742,78	1.767.193,54	4.614.930,43	15.904.742,78	13.08.2009	16.10.2012	1
1	724487	03.018.444/0001-42	11.307.750,00	324.000,00	3.400.000,00	11.307.750,00	21.12.2009	26.11.2016	1
1	749716	02.886.710/0001-96	7.301.695,19	0,00	0,00	7.301.695,19	08.12.2010	08.11.2013	1
1	750893	51.619.104/0001-10	4.741.000,00	0,00	1.000.000,00	1.741.000,00	20.12.2010	31.10.2015	1
1	762324	02.643.543/0001-52	5.266.000,02	86.000,00	3.994.907,62	5.266.000,02	26.12.2011	26.06.2013	1
1	775553	18.720.938/0001-41	34.696.810,28	0,00	7.455.530,00	7.455.530,00	27.11.2012	22.01.2015	1
1	775573	18.720.938/0001-41	58.408.361,48	0,00	4.618.515,99	4.618.515,99	27.11.2012	31.10.2016	1
1	775591	18.720.938/0001-41	10.326.131,36	0,00	10.326.131,36	10.326.131,36	27.11.2012	28.02.2014	1

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: SIAFI/SICONV

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios						
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB				
CNPJ:		86.900.545/0001-70				
UG/GESTÃO:		203001/20402				
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	3	1	2	38.610.015,40	17.528.468,02	10.982.881,93
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	3	1	2	38.610.015,40	17.528.468,02	10.982.881,93

Fonte: SIAFI/SICONV

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA					
CNPJ: 86.900.545/000170			UG/GESTÃO: 203001/20402		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	10	194.362.959,37	104.789.729,01	30.617.428,99	53,91%
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	10	194.362.959,37	104.789.729,01	30.617.428,99	53,91%

Fonte: SIAFI/SICONV

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Agência Espacial Brasileira - AEB					
CNPJ: 86.900.545/0001-70			UG/GESTÃO: 203001/20402		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	3		
		Montante Repassado	9.607.714,47		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade	9		
		Montante Repassado	56.956.726,55		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas Prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	1.618.820,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Divisão de Contabilidade da AEB

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse				Valores em R\$ 1,00	
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Agência Espacial Brasileira - AEB					
CNPJ: 86.900.545/0001-70			UG/GESTÃO: 203001/20402		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			03	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	03	
			Contas Não Analisadas		
	Montante Repassado (R\$)			9.607.714,47	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Contas NÃO Analisadas		Quantidade			
Montante Repassado (R\$)					
2011	Quantidade de contas prestadas			09	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		07	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2010	Quantidade de Contas Prestadas			10	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		09	
		Quantidade Reprovada		CGU/ 01	
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante Repassado					
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Divisão de Contabilidade da AEB

5.3.6 Análise Crítica

As transferências financeiras mediante convênios são instrumentos de gestão que estão a disposição dos gestores como alternativa para o cumprimento das políticas públicas a cargo de cada órgão. A AEB utiliza esse instrumento com muita reserva, uma vez que é muito trabalhoso o seu acompanhamento. A média é de apenas 2 (dois) convênios firmados por exercício. No presente exercício, a AEB firmou apenas 3 (três) convênios com entidade privada sem fins lucrativos. O termo teve amparo no Decreto nº 6.170/07 e suas alterações e na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/11.

Os convênios firmados seguiram as competências institucionais do órgão. Nesses instrumentos é verificada a capacidade técnica e operacional; se a instituição já executou o objeto a ser pactuado, cumprindo as determinações dos normativos legais.

Além do convênio firmado pelo órgão, a AEB assinou diversos termos aditivos tendo como justificativa a prorrogação do prazo de vigência e as alterações de diversas cláusulas conveniadas. Esses aditivos tiveram como pressuposto o cumprimento do objeto pactuado.

Quanto aos demais aspectos relativos às transferências financeiras, informamos que:

- Não há convênio inadimplente no órgão;
- Não houve situações no exercício que contrariaram o art. 35 do Decreto 93.872/86 e o art. 12 do Decreto nº 7.680/12;
- Houve um aumento no volume de transferências em 2012, em virtude da assinatura de 3 (três) convênios com entidade privada em finalidade lucrativa;
- As medidas adotadas foram referentes ao acompanhamento das transferências mediante a solicitação de atualização do SICONV e, dos convênios ainda em vigência no SIASG, foi solicitado o encaminhamento de relatórios atualizados sobre a execução;
- Apenas o convênio firmado com SINFRA/MA foi expirado em 2012. Sua prestação de contas foi aprovada sem ressalvas. As demais prestações de contas parciais estão sendo acompanhadas;
- Devido ao pouco fluxo de transferências no órgão, também temos poucas prestações de contas para analisar. No entanto, caso tenhamos um aumento nessas transferências, poderemos incorrer em dificuldades para acompanhar a execução e as prestações de contas. A AEB tem deficiência de pessoal efetivo do quadro próprio. No entanto, opera com servidores públicos requisitado de outros órgãos;
- A contenção de despesas em diárias e passagens impacta diretamente as fiscalizações *in loco*. No entanto, no exercício de 2012, no convênio com a SINFRA/MA foi efetuada a visita técnica para a elaboração do relatório final. O SICONV trouxe um ganho nesse quesito, uma vez que não há necessidade de deslocamento para atestar pagamentos, consultar contratos, etc; e
- As transferências da AEB são muito específicas e buscam o resultado da política pública com a entrega de um produto. Nesse sentido, as descentralizações têm como resultado o de cumprir com a meta física programada, dando um caráter mais pragmático ao programa de governo.

5.4 Suprimento de Fundos

Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)					
Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
203001	Agência Espacial Brasileira - AEB	-	-	5.136,46	5.136,46
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	-	-	5.136,46	5.136,46

Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador					Valores em R\$ 1,00	
Código da UG 1	203001	Limite de Utilização da UG	R\$ 40.000,00			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total	
			Saque	Fatura		
André de Assis Machado	19282819825	5.000,00		3.140,70	3.140,70	
José Carlos Marques Viana	22344381104	5.000,00		1.995,76	1.995,76	
Total Utilizado pela UG					R\$ 5.136,46	
Código da UG 2		Limite de Utilização da UG				
					-	
Total Utilizado pela UG					-	
Total Utilizado pela UJ					5.136,46	

Fonte: SIAFI

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo "B" e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)							Valores em R\$ 1,00	
Suprimento de Fundos								
Exercícios	Conta Tipo "B"		Saque		Fatura		Total (R\$)	
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)	
2012					2	5.136,46	5.136,46	
2011					3	5.845,17	5.845,17	
2010					2	4.126,29	4.126,29	

Fonte: SIAFI

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF)												
Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							2	5.136,46	3	5.845,17	2	4.316,29

Fonte: SIAFI

5.4.1.6 Análise Crítica

A presente despesa é pouco representativa dentro da execução orçamentária e financeira da UJ. Não utilizamos a Conta Tipo “B” e não autorizamos saques por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal.

Os controles são exercidos pelos próprios supridos e pela Divisão de Contabilidade da AEB. A concessão e as prestações de contas seguiram a legislação vigente. Os suprimentos concedidos foram para atender despesas miúdas de pronto pagamento. A utilização dessa modalidade de despesa reduz o custo processual de pequenas compras, razão pela qual o gestor optou pela sua utilização no exercício de 2012.

6 Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos CRH

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	34	34	3	12
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	34	34	3	12
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	8	8		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1		3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	25	25	3	9
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	38	38	9	11
4. Total de Servidores (1+2+3)	72	72	12	23

Fonte: CRH/DPOA/AEB

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	66	66	11	22
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	1	1
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	65	65	10	21
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	4		1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1		3
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	22	22	3	8
1.2.4. Sem Vínculo	28	28	6	8
1.2.5. Aposentados	10	10	1	1
2. Funções Gratificadas	6	6	1	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	4	1	
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	2	2		1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	72	72	12	23

Fonte: CRH/DPOA/AEB

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira					
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	6	10	22	23	11
2.1. Cargos de Natureza Especial					1
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	10	20	21	9
2.3. Funções Gratificadas			2	2	1
3. Totais (1+2)	6	10	22	23	11

Fonte: CRH/DPOA/AEB

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	7	24	1	5	5
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira					7	24	1	5	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	11	19	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					11	19			
2.3. Funções Gratificadas									
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	18	43	1	5	5

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: CRH/DPOA/AEB

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores										Valores em R\$ 1,00	
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cediados com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	13.511,64	-	-	-	3.274,84	-	-	-	-	16.786,48
	2010	33.790,13	-	-	-	10.352,94	-	-	-	-	44.143,07
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	-	110.430,34	7.621,25	-	2.432,00	-	-	-	-	120.483,59
	2011	-	127.884,60	-	-	3.344,00	-	-	-	-	131.228,60
	2010	-	92.777,21	-	-	-	-	-	-	-	92.777,21
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	221.611,08	2.148.684,92	323.643,35	85.102,92	656.556,23	46.410,78	81.251,11	-	-	3.563.260,39
	2011	278.759,40	2.265.997,08	-	-	465.504,70	2.339,64	-	-	-	3.012.600,82
	2010	226.583,10	2.138.591,72	-	-	572.907,56	-	-	-	-	2.938.082,38
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	-	30.635,48	-	-	-	-	-	-	-	30.635,48
	2011	-	32.838,78	-	-	-	-	-	-	-	32.838,78
	2010	-	66.750,00	-	-	-	-	-	-	-	66.750,00

Fonte: SIAPE

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	2	0
1.1 Voluntária	1	
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	1	
1.4 Outras		
2. Proporcional	0	0
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	2	0

Fonte: CRH/DPOA/AEB

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	0	0
1.1. Integral		
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade	1	
3. Total (1+2)	1	0

Fonte: CRH/DPOA/AEB

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Indicadores Gerenciais

Absenteísmo: prática habitual de abandonar o cumprimento de deveres e funções de determinado posto ou cargo para tratamento de saúde. No exercício de 2012 registramos 38 (trinta e oito) afastamentos por motivos de saúde, incluindo ai os atestados de comparecimento serviços médicos ambulatoriais;

Acidente de trabalho e Doenças Ocupacionais: não se aplica;

Rotatividade: no presente exercício houve 12 ingressos e 23 egressos;

Educação Continuada: a AEB continua investindo na capacitação e em desenvolvimento profissional de seus servidores. As necessidades de cada unidade interna são atendidas por meio do Plano Anual de Capacitação. Em 2012 foram investidos R\$ 34.706,00 (trinta e quatro mil setecentos e seis reais) na qualificação, treinamento, desenvolvimento e participação de 39 servidores.

O programa de estágio foi realizado em todas as unidades, sendo oferecidas 37 vagas para Nível Superior, sendo 4 destinadas a pessoas com necessidades especiais e 19 para Nível Médio, sendo 2 destinadas a pessoas com necessidades especiais. No total foram preenchidas 18 vagas de NS e 5 de MN, totalizando 23;

Satisfação e Motivação: a Instituição promoveu ao longo do exercício vários seminários e workshops para manter o nível de motivação dos seus servidores. Foi ofertada a prática diária da ginástica laboral como forma de manter a saúde corporal. No dia dos servidores, a AEB aproveitou para inserir palestras de cunho motivacional, tendo como objetivo o bem estar dos servidores. A AEB tem como meta enquadrar seus servidores no plano de carreira para a área de ciência e tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI;

Disciplina: não houve abertura de processo disciplinar no período em questão, o que demonstra que os servidores da AEB realizam seus trabalhos com profissionalismo;

Desempenho Funcional: A aferição quantitativa na AEB de desempenho funcional dos servidores é feita de acordo com o sistema de avaliação instituído pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos moldes do Decreto Presidencial nº 7.133 de 4/6/2003;

Níveis Salariais: os funcionários efetivos da AEB, que são oito, estão enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE. Os demais funcionários seguem o plano de carreira das suas instituições de origem ou recebem DAS.

Demandas Trabalhistas: não houve registro.

Análise Crítica

A lei de criação da AEB e o decreto de estruturação precisam de uma revisão para adequação às necessidades atuais do programa espacial. O quadro efetivo, os cargos comissionados e as funções gratificadas ocupadas por servidores efetivos da AEB e de outros órgãos não atendem às necessidades institucionais da autarquia. No exercício de 2012, foram adotadas providências visando sanar as deficiências acima apontadas e melhorar a governança do SINDAE.

No que tange à política remuneratória, informamos que esta UJ é regida pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Inexistem terceirizados que atuem em atividades finalísticas na administração da AEB.

A AEB não dispõe de indicadores de recursos humanos e não há previsão para a sua implantação, considerando que não há massa crítica efetiva para criar, mensurar e acompanhar tais indicadores.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada					
Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
-	0				
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
A AEB não conta com um Plano de Cargos, sua força de trabalho é constituída de 8 (oito) servidores efetivos, ocupante de cargo de nível médio do PGPE, redistribuídos de outros órgãos, de pessoal requisitado e pessoal sem vínculo efetivo, todos ocupantes em cargos de DAS ou FG.					
Fonte: CRH/DPOA/AEB					

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra														
Unidade Contratante														
Nome: Agência Espacial Brasileira - AEB														
UG/Gestão: 203001/20402							CNPJ: 86.900.545/0001-70							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2008	4	0	set/08	07.743.897/0001-92	dez/08	dez/13	8	8						A
2010	2	0	jan/10	08.338.186/0001-63	jan/10	jan/15	5	5						A
2012	11	0	nov/12	02.931.592/0001-90	nov/12	nov/17				35	33			A
Observações:														
<p>LEGENDA</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> Segurança; Transportes; Informática; Copeiragem; Recepção; Reprografia; Telecomunicações; Manutenção de bens móveis Manutenção de bens imóveis Brigadistas Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes Outras 														

Fonte: SIAFI e CRL/DPOA/AEB

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	16	15	14	18	114.902,81
1.1 Área Fim	4	3	3	3	31.296,00
1.2 Área Meio	12	12	11	15	83.606,81
2. Nível Médio	5	5	5	5	21.769,65
2.1 Área Fim	0	0	0	0	-
2.2 Área Meio	5	5	5	5	21.769,65
3. Total (1+2)	21	20	19	23	136.672,46

Fonte: CRH/DPOA/AEB

7 Parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros – CRL

Informamos que a Unidade Jurisdicionada não dispõe de frota própria sob sua responsabilidade. Os veículos em utilização são contratos com terceiros na modalidade de locação.

Quanto aos demais aspectos temos o seguinte:

- a) A legislação que regula a forma de utilização é a Instrução Normativa MPOG n.º 02 e 03/2008;
- b) Conforme informado anteriormente, a UJ não dispõe de frota própria de veículos;
- c) O contrato de locação de 2 (dois) veículos executivos, sendo: um para o Presidente e outro para os Diretores; 2 (dois) veículos para os demais transportes de servidores e serviços institucionais; 1 (uma) moto para entrega de pequenos documentos que exigem um deslocamento mais ágil. No total são 4 (quatro) veículos e 1 (uma) moto;
- d) Deslocamento dos veículos de representação – média anual – 5.214,74 km, deslocamento dos veículos institucionais – média anual – 2.456,08 k, e deslocamento da Moto – média anual – 1.639,09 km;
- e) Conforme informado anteriormente, a UJ não dispõe de frota própria de veículos;
- f) Conforme informado anteriormente, a UJ não dispõe de frota própria de veículos;
- g) Conforme informado anteriormente, a UJ não dispõe de frota própria de veículos;
- e
- h) Para controlar a saída dos veículos a UJ tem um funcionário comissionado, que utiliza um formulário de requisição de veículos com o local de destino do serviço.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Distrito Federal	2	2
	Distrito Federal	2	2
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: CRL/DPOA/AEB

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
203001	Não temos	10	bom	Não temos	Não temos	Não temos	4.143,50	1.716.889,35
Total							4.143,50	1.716.889,35

Fonte: SIAFI e CRL/DPOA/AEB

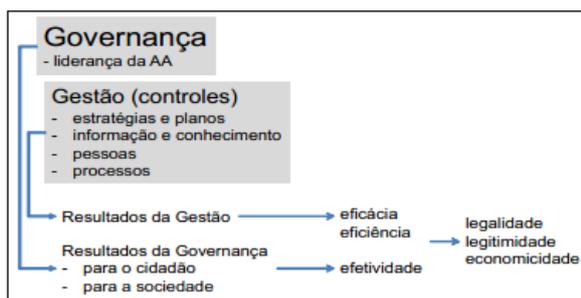
8 Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada	
Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
X	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
X	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UI disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

8.2 Análise Crítica

A nossa análise crítica relacionada aos dados informados no Quadro A.8.1 dizem respeito a uma complementação com informações do índice de governança de TI da Agência Espacial Brasileira, realizada em 2012 pelo TCU:

1. 337 instituições do governo federal responderam ao levantamento, das quais, 22 são autarquias, como a AEB;
2. O método de cálculo foi baseado na governança alinhada à alta administração, pelos resultados de efetividade; gestão de estratégias, informação, pessoas e processos, pelos resultados de eficácia e eficiência, que se traduzem na legalidade, legitimidade e economicidade;



3. O nível de maturidade de governança de TI das instituições é classificado em Inicial, Intermediário e Aprimorado;
 - a. As notas variam de 0,00 a 1,00.
4. A Governança de TI da AEB foi classificada no Nível Intermediário, com nota 0,47;

iGovTI2012		
Nota	Capacidade	
0,47	Intermediária	
Dimensões Avaliadas	Nota	Capacidade
Liderança (D1)	0,40	Intermediária
Estratégias e Planos (D2)	0,68	Aprimorada
Informação e Conhecimento (D3)	0,50	Intermediária
Pessoas (D4)	0,56	Intermediária
Processos (D5)	0,28	Inicial
Resultados (D9)	0,51	Intermediária

- a. Obs.: em 2010 havia sido classificada como Nível Inicial, com nota 0,28.
5. Classificação Geral e por Grupos:
 - a. Dentre as 22 autarquias, a AEB ocupa a 8ª colocação;
 - b. Dentre o total de 337 instituições, a AEB ocupa a 147ª colocação;

Classificação 2012		
Grupo Autarquia	Segmento EXE-Sisp	Geral
8ª colocação	71ª colocação	147ª colocação

6. A AEB está posicionada um pouco acima da média geral no iGovTI2012

iGovTI2012 - Média Geral

Média de iGovTI2012	Nº Instituições	Desvio Padrão
0,45	337	0,14

7. Desafios para a manutenção e melhoria do índice obtido:

- a. Aprimorar os processos de TI com adoção de técnicas e ferramentas de BPM;
- b. Estabelecer estratégias de valorização profissional e retenção da equipe de TI;
- c. Melhorar o posicionamento específico da área de TI no organograma da AEB; e
- d. Continuar o processo de mudança do status de “TI de Suporte” para “TI Estratégica”.

9 Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
	não houve				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
	Sim ()		Não (x)		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				X	
	Intranet				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

A UJ continua com o programa da Coleta Seletiva Solidária, na forma do Decreto nº 5.940/06 e da Portaria AEB nº 57, de 14.5.2010. A AEB encontra-se instalada num complexo administrativo juntamente com outros órgãos públicos (ANA, CENSIPAN, MCTI, CEF, BB e MD). Todos esses órgãos estão colaborando com esse programa de coleta seletiva, tendo um espaço para que todos depositem seus resíduos. No exercício de 2012 a comissão constituída continuou com os trabalhos no cumprimento do mencionado diploma legal.

Para o exercício de 2013 o MCTI aderiu ao Programa Esplanada Sustentável – PES. Esse programa foi implantado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA e não é impositivo. A forma de participação é por adesão, tendo como meta a redução anual de +/- 10% do consumo com papel, toner, fotocópia, energia elétrica, água, vigilância, conservação, combustível e etc.

A AEB aderiu a esse programa e espera que no próximo exercício tenha uma resposta mais transparente para essas informações, uma vez que no exercício de 2012 não foi observado nenhum acompanhamento para reduzir as citadas despesas.

Reiteramos que a AEB encontra-se instalada num complexo administrativo com vários órgãos públicos (ANA, CENSIPAN, MCTI, CEF, BB e MD). O primeiro item: consumo de papel é uma variável que a UJ conseguirá administrar. No entanto, o consumo de energia elétrica e água são variáveis que não temos o controle total, somente sobre o consumo da Autarquia. Essas despesas são rateadas entre todos. Então, todos terão que contribuir para que o resultado apareça no geral. A AEB já está fazendo a sua parte adotando os critérios sugeridos pelo programa, mas o resultado será coletivo, considerando a efetiva participação de todos nesse processo de uso mais consciente dos recursos naturais.

10 Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	sim	sim	
	Entregaram a DBR	sim	sim	
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: CRH/DPOA/AEB

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO
<p>EDIVALDO SOUSA GONÇALVES, CPF 289.277.101-34, Coordenador de Recursos Logísticos e CLODOVIL FERNANDES SIQUEIRA, CPF 416.246.531-20, Coordenador Orçamentário e Financeiro, exercido na Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração - DPOA/AEB, declaram junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p>
<p>Brasília, 11 de março de 2013.</p>
<p>EDIVALDO SOUSA GONÇALVES e CLODOVIL FERNANDES SIQUEIRA</p>
<p>289.277.101-34 e 416.246.531-20</p>
<p>Coordenadores de Recursos Logísticos e Orçamentário e Financeiro, respectivamente - AEB</p>

10.1.1.1 Análise Crítica

A Unidade Jurisdicionada cumpre o que determina a Lei nº 8.730/93. Segue abaixo as seguintes informações complementares:

- Não houve nenhum descumprimento por parte de nenhum servidor;
- Coordenação de Recursos Humanos – CRH/DPOA/AEB;
- Não existe sistema informatizado para esse gerenciamento;
- Existem as duas formas: em papel e autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil. O acesso será mediante alguma demanda de órgãos de controle interno e externo;

- Não realizamos nenhuma análise das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida;
- As DBR são guardadas em arquivo, fechado a chave com a finalidade de preservação do sigilo fiscal das informações.

11 Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p>			
<p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	28/03/2013
Contador Responsável	Maria do Rosário de Fátima Dantas de Oliveira	CRC n.º	019003/060

Atenciosamente,

José Raimundo Braga Coelho
Presidente da AEB